## FINANCIAMENTO PARA O CLIMA

ARCABOUÇO GLOBAL E GUIA INFORMATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO APLICÁVEIS ÀS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS





## FINANCIAMENTO PARA O CLIMA

ARCABOUÇO GLOBAL E GUIA INFORMATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO APLICÁVEIS ÀS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS

Acesse a publicação pelo QR Code abaixo.



#### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Robson Braga de Andrade Presidente

#### Gabinete da Presidência

*Teodomiro Braga da Silva* Chefe do Gabinete - Diretor

#### Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia

Lytha Battiston Spíndola Diretora

#### Diretoria de Relações Institucionais

*Mônica Messenberg Guimarães* Diretora

#### Diretoria de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato Diretor

#### Diretoria Jurídica

Cassio Augusto Muniz Borges

#### Diretoria de Comunicação

Ana Maria Curado Matta Diretora

#### Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti Diretor

#### Diretoria de Inovação

*Gianna Cardoso Sagazio* Diretora

#### Superintendência de Compliance e Integridade

Osvaldo Borges Rego Filho Superintendente

# FINANCIAMENTO PARA O CLIMA

ARCABOUÇO GLOBAL E GUIA INFORMATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO APLICÁVEIS ÀS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS





#### © 2022. CNI - Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

#### Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS

#### FICHA CATALOGRÁFICA

#### C748g

Confederação Nacional da Indústria.

Financiamento para o clima: arcabouço global e guia informativo das fontes de financiamento aplicáveis às indústrias brasileiras / Confederação Nacional da Indústria – Brasília: CNI, 2022.

81 p.: il.; grafs.

ISBN: 978-85-7957-322-4

1. Mudança de Clima 2. Baixo Carbono 3. Financiamento do Clima I.Título

CDU:502.14

CNI Confederação Nacional da Indústria **Sede** Setor Bancário Norte Quadra 1 – Bloco C Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF Tel.: (61) 3317-9000 Fax: (61) 3317-9994

http://www.portaldaindustria.com.br/cni/

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC Tels.: (61) 3317-9989/3317-9992 sac@cni.com.br

### LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mobilização de recursos para finanças climáticas	29
Gráfico 2 – Instrumentos de financiamento público entre 2016 e 2020 (em USD bilhões)	30
Gráfico 3 – Fluxos de financiamento climático globais entre 2011 e 2020, médias bienais	30
Gráfico 4 – Fluxos de finanças climáticas rastreadas globais e a necessidade média anual estimada de investimento climático até 2050	31
Gráfico 5 – Financiamento climático por instrumento (em USD bilhões)	32
Gráfico 6 - Total financiado por ano (em USD milhões)	33
Gráfico 7 – Financiamento por meio de fundos climáticos multilaterais no Brasil	33

### SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NAS NEGOCIAÇÕES DA COP	11
2 FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E A COP26	15
2.1 OUTROS COMPROMISSOS CLIMÁTICOS	20
2.2 EXPECTATIVAS PARA A COP27	21
3 ARQUITETURA GLOBAL DE FINANCIAMENTO	25
4 FLUXO GLOBAL DE FINANCIAMENTO	29
4.1 INSTRUMENTOS	32
4.2 FLUXO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO BRASIL	33
5 FICHAS INFORMATIVAS – FUNDOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO	37
6 REFERÊNCIAS	77

### **APRESENTAÇÃO**

Durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), ocorrida em Glasgow, no ano passado, os países reiteraram a necessidade de aumentar a ambição climática para limitar a elevação da temperatura global em 1,5° C até o fim do século.

As estimativas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) apontam para a necessidade de investimentos que podem variar entre US\$ 1,6 trilhão e US\$ 3,8 trilhões por ano, até 2050, para alcançar esse cenário.

Considerando que a promessa dos países em desenvolvimento de investir US\$ 100 bilhões anuais ainda não foi alcançada, novas iniciativas e coalizões do setor privado foram estabelecidas para apoiar o aumento do fluxo de financiamento climático.

Esse movimento global tem levado à mobilização do capital privado para dar suporte a ações de mitigação e adaptação. Do ponto de vista do setor industrial, a ampliação do capital é extremamente importante para financiar o desenvolvimento de tecnologias de redução de gases de efeito estufa, que demandam, em grande medida, altos investimentos. Adaptar-se aos impactos da mudança do clima exige esforços financeiros e de planejamento.

Apesar da diversidade de fontes de financiamento, nem todas estão disponíveis para o setor industrial. Por isso, desde 2018, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) trabalha no levantamento e na atualização das principais informações sobre as fontes aplicáveis às indústrias.

Por meio da presente publicação, a CNI pretende informar os empresários quanto aos principais compromissos estabelecidos por entidades públicas e privadas na agenda de financiamento climático.

Ao mesmo tempo, a intenção é orientar o público sobre os aspectos operacionais, econômicos e de sustentabilidade para o acesso a algumas fontes de financiamento para projetos de baixo carbono na indústria.

Boa leitura.

#### Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI



### 1 HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NAS NEGOCIAÇÕES DA COP

A Conferência das Partes (*Conference of the Parties* – COP, na sigla em inglês) é o órgão decisório supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (*United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC, na sigla em inglês). Todos os Estados-parte da convenção estão representados na COP, na qual revisam a implementação da mesma e de quaisquer outros instrumentos legais adotados pela COP e tomam as decisões necessárias para promover sua implementação efetiva, incluindo arranjos institucionais e administrativos (UNFCCC, 2022a).

Uma tarefa fundamental para a COP é revisar as comunicações nacionais e os inventários de emissões apresentados pelas partes. Com base nessas informações, a COP avalia os efeitos das medidas adotadas por elas e o progresso feito para alcançar o objetivo final da Convenção (UNFCCC, 2022a). Já foram 26 COPs; a primeira foi realizada em Berlim, na Alemanha, em 1995, e a última, em Glasgow, na Escócia, em novembro de 2021. A presidência da COP alterna as regiões da ONU: África, Ásia, Centro e Leste Europeu, Oeste Europeu e América Latina e Caribe.

Na 16ª Conferência das Partes, realizada em Cancún no ano de 2010, foi estabelecida a criação do Fundo Verde para o Clima (*Green Climate Fund*—GCF, na sigla em inglês) no âmbito da Convenção, com um conselho composto por partes iguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O GCF visa destinar recursos a projetos e programas que objetivam limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa, em benefício de sociedades particularmente vulneráveis ao clima, como os países em desenvolvimento e os pequenos estados insulares (UNFCCC, 2021a).

A Conferência também firmou o compromisso coletivo dos países desenvolvidos de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para a ação climática nos países em desenvolvimento. Esse acordo havia sido inicialmente discutido em Copenhague (COP15), no ano de 2009. O relatório apresentado pelo Secretário Executivo da ONU, Ban Ki-moon, em novembro de 2010, avaliou ser viável a captação de US\$ 100 bilhões por ano com recursos de diversas fontes, como impostos sobre carbono, mercado, bancos e financiamento público (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021a).

Lançado na COP17 e prorrogado por um ano na COP18, o programa de trabalho sobre Financiamento Climático de Longo Prazo (*Long-term Climate Finance*, na sigla em inglês) concluiu seu trabalho na COP19 em Varsóvia. A COP 19 incluiu atividades no Financiamento Climático de Longo Prazo para o período 2014-2020. Isso inclui submissões de partes de países desenvolvidos sobre suas estratégias e abordagens para ampliar o financiamento climático de 2014 a 2020, *workshops* para facilitar deliberações sobre financiamento climático de longo prazo e diálogos sobre financiamento climático a partir de 2014 (UNFCCC, 2022a).

A COP21 também decidiu que os países desenvolvidos devem continuar com sua meta de mobilização coletiva existente até 2025 no contexto de ações de mitigação significativas e transparência na implementação, e que antes de 2025 a Conferência das Partes deve estabelecer nova meta quantificada coletiva de um piso de US\$ 100 bilhões por ano, levando em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento (UNFCCC, 2022a).

Na COP26, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês) foram atualizadas, assim como novas iniciativas e coalizões para ações climáticas foram estabelecidas, dado o não cumprimento da promessa de canalizar US\$ 100 bilhões por ano para nações de menor renda. Adicionalmente, nessa conferência, foi firmado o Pacto de Glasgow, que enfatiza a necessidade de arrecadar fundos para atingir as metas do Acordo de Paris, incluindo um aumento significativo no apoio aos países em desenvolvimento, além dos US\$ 100 bilhões por ano (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

O Pacto também pede uma duplicação do financiamento para apoiar os países em desenvolvimento na adaptação aos impactos das mudanças climáticas e na construção de resiliência. Isso não fornece todos os recursos de que os países precisam, mas aumenta significativamente o financiamento para proteger vidas e meios de subsistência, que representam apenas cerca de 25% de todo o financiamento climático, com 75% indo para tecnologias verdes a fim de mitigar emissões de gases de efeito estufa (UNITED NATIONS, 2021).

O Pacto de Glasgow ainda estabeleceu um programa de trabalho para definir uma meta global de adaptação, que identifica necessidades coletivas e soluções para a crise climática que já afeta muitos países. O Pacto também solicita à UNFCCC um Relatório de Síntese de NDC anual para avaliar o atual nível de ambição, além de solicitar que os governos antecipem os prazos de seus planos de redução de emissões, convidando os 197 países participantes a reportar o progresso sobre as ações climáticas no evento do próximo ano, a COP27, que acontecerá no Egito (UNITED NATIONS, 2021).



# **2** FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E A COP26

A COP26 trouxe algumas alterações à política climática global. Além do Pacto de Glasgow, um dos principais resultados da cúpula climática foi a aprovação do Artigo 6 – o livro de regras do Acordo de Paris, que rege o mercado de carbono global. Em primeiro lugar, foram adotadas diretrizes para abordagens cooperativas, referindo-se ao Artigo 6.2, no qual as Partes de acordos bilaterais reconhecem a transferência de reduções de emissões entre elas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021a).

A partir disso, foram adotados regras, modalidades e procedimentos para o mecanismo do Artigo 6.4, que credita atividades para reduzir emissões ou aumentar remoções. Isso permite que uma empresa em um país reduza as emissões naquele país e tenha essas reduções creditadas para que possa vendê-las a uma empresa ou governo em outro país. Posteriormente, as Partes adotaram um programa de trabalho para apoiar abordagens não comerciais, relacionado ao Artigo 6.8. O programa de trabalho ajuda diferentes países e suas instituições e partes interessadas a desenvolver a cooperação em várias áreas, como geração de energia limpa (WORLD BANK, 2022).

As novas regras para os mecanismos internacionais de comércio de carbono (Artigo 6) acordadas na COP26 também apoiam o financiamento de adaptação. Foi decidido que uma parte da receita será coletada para ajudar os países em desenvolvimento, vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Especificamente, uma parcela de 5% da receita será arrecadada e entregue ao Fundo de Adaptação para apoiar projetos concretos nos países em desenvolvimento de todo o mundo (WORLD BANK, 2022).

A COP26 também levou nações desenvolvidas a dobrarem sua provisão coletiva de financiamento de adaptação dos níveis de 2019 até 2025, a fim de alcançar o equilíbrio entre adaptação e mitigação. As Partes saudaram as novas promessas financeiras feitas ao Fundo de Adaptação (totalizando mais de US\$ 350 milhões), que superam valores anteriores de mobilização de recursos e incluíram novos contribuidores, e ao Fundo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCF), totalizando mais de US\$ 600 milhões, que ajudarão a acelerar a adaptação desses países, particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021a).

O LDCF tem um dos maiores portfólios de projetos de adaptação de países em desenvolvimento na comunidade financeira internacional. O fundo financiou mais de 310 projetos e 53 atividades de capacitação com aproximadamente US\$ 1,7 bilhão em doações, beneficiando diretamente mais de 50 milhões de pessoas e fortalecendo a gestão de mais de 7 milhões de hectares de terra para resiliência climática nos níveis regional, nacional e subnacional (GEF, 2022a).

O Banco Mundial também apresentou seu Plano de Ação para Mudanças Climáticas para os anos de 2021 a 2025, a fim de mobilizar mais capital para a ação voltada ao clima. O plano, resiliente e inclusivo, visa avançar nos aspectos de mudanças climáticas da abordagem de Desenvolvimento Verde (*Green, Resilient, and Inclusive Development* – GRID, na sigla em inglês) do Banco Mundial, apoiando os países e o setor privado na maximização do impacto do financiamento climático, levando ainda em consideração a importância do capital natural, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (WORLD BANK, 2021a).

Isso significa ajudar os maiores emissores a achatar a curva de emissões e acelerar a tendência de queda, aumentando o financiamento em adaptação para auxiliar países e clientes do setor privado a se prepararem e se adaptarem às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que buscam objetivos de desenvolvimento mais amplos por meio da abordagem GRID (WORLD BANK, 2021a).

O Banco Mundial também faz parte da ambição coletiva dos bancos de desenvolvimento multilaterais<sup>1</sup>, anunciada durante a COP26, que visa aumentar a mobilização do capital privado para dar suporte a ações de mitigação e adaptação, usando plataformas e produtos de investimento, além de instrumentos de blended finance<sup>2</sup>. Essas instituições estão trabalhando com o objetivo de desenvolver abordagens para avaliar o alinhamento dos seus empréstimos ao Acordo de Paris<sup>3</sup> e, em breve, pretendem testá-las (WORLD BANK, 2021b).

Outra instituição multilateral a anunciar novos programas de financiamento climático durante a COP26 foi a Climate Investment Fund (CIF)<sup>4</sup>, que lançou o Programa de Integração em Energias Renováveis (REI, na sigla em inglês) para impulsionar o investimento em energias renováveis nos países em desenvolvimento. Apoiada pela Holanda, pela Suíça e pelo Reino

<sup>1</sup> Além do Banco Mundial, fazem parte da declaração: Banco Africano de Desenvolvimento; Banco Asiático de Desenvolvimento; Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura; Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa; Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento; Banco de Investimento Europeu; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Islâmico de Desenvolvimento; e Novo Banco de Desenvolvimento (também conhecido como Banco de Desenvolvimento do BRICS).

<sup>2</sup> Estruturas financeiras que utilizam uma estrutura híbrida na composição do *funding*, mesclando recursos filantrópicos com recursos de investidores.

<sup>3</sup> Em 2018, bancos de desenvolvimento multilaterais realizaram um acordo para alinhar seus portfólios ao Acordo de Paris, impulsionando o atingimento das NDCs dos países beneficiados pelos empréstimos por meio de novos serviços para apoiar o desenvolvimento de baixo carbono, resiliente às mudanças climáticas.

<sup>4</sup> Organização multilateral criada em 2008 para acelerar a ação climática. Trabalhando em parceria com governos, o setor privado, a sociedade civil, comunidades locais e seis grandes bancos multilaterais de desenvolvimento, o CFI provê financiamento e assistência técnica para a adoção de tecnologias sustentáveis em países em desenvolvimento (CIF, 2021).

Unido, a REI conta atualmente com US\$ 318 milhões. O intuito é realizar empréstimos a juros subsidiados em escala para ajudar os países a implantar tecnologias e serviços essenciais no setor elétrico, como hidrogênio verde e baterias para armazenamento de energia, bem como redes inteligentes, previsão de geração avançada e gerenciamento do lado da demanda, além da capacitação institucional e do apoio às reformas para melhorar o desenho dos sistemas elétricos e mobilizar o investimento privado. Os primeiros países a receberem o apoio serão Colômbia, Fiji, Quênia, Mali e Ucrânia. O Brasil, junto com Costa Rica, Índia, Indonésia e Turquia, compõe o segundo grupo de países a receberem o apoio (CIF, 2022).

Além dessa provisão coletiva, os governos de diversos países declararam compromissos de financiamento climático após a COP. No âmbito da contribuição global da União Europeia e de seus Estados-membros, por exemplo, o presidente da Comissão Europeia anunciou um suplemento de 4 bilhões de euros durante o período 2021-2027. Portanto, as despesas da União Europeia para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento excederão 28 bilhões de euros. Espera-se que cerca de metade desse valor continue a atender às metas de adaptação ao clima (EUROPEAN COUNCIL, 2021).

Uma importante aliança para o financiamento que surgiu na COP26 foi a Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), que reúne iniciativas e coalizões do setor financeiro para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono, visto que alcançar o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global em relação aos níveis pré-industriais requer também uma transição econômica<sup>5</sup>. A GFANZ está focada no planejamento da transição *net-zero* e na mobilização de capital para economias em desenvolvimento, além de impulsionar políticas e regulamentos públicos ambiciosos, confiáveis e previsíveis que permitem a transição *net-zero*. Para articular as necessidades e expectativas das instituições financeiras, a GFANZ desenvolveu uma estrutura preliminar para caminhos setoriais *net-zero* que incorpora o trabalho de iniciativas financeiras e organizações setoriais (GFANZ, 2022a)<sup>6</sup>.

A estrutura priorizou três setores para foco inicial – siderurgia, aviação e petróleo e gás –, selecionados com base em seu foco em iniciativas e alianças financeiras, em sua participação crescente nas emissões globais e na presença de caminhos setoriais de zero emissões líquidas, com os quais a GFANZ procura se envolver. Para o aço, por exemplo, a eletrificação da produção é amplamente reconhecida como um método para reduzir as emissões nesse

<sup>5</sup> As instituições financeiras podem aderir à GFANZ juntando-se a uma das seguintes alianças setoriais específicas: a Net-Zero Banking Alliance, a iniciativa Net Zero Asset Managers, a Net-Zero Asset Owner Alliance, a Paris Aligned Investment Initiative, a Net-Zero Insurance Alliance, a Net Zero Financial Service Providers Alliance ou a Net Zero Investment Consultants Initiative.

<sup>6</sup> As instituições financeiras brasileiras que fazem parte da aliança são: Bradesco e Itaú, por meio da Net Zero Banking Aliance; e JGP, Fama Investimentos e IG4Capital, por meio do Net Zero Asset Managers Iniciative. Ao se alinharem a essas iniciativas, as instituições se comprometem a ter um portfólio de investimentos com zero emissões líquidas em 2050. Dessa forma, as IFs tendem a direcionar seus recursos para investimentos de baixo carbono.

setor. O hidrogênio também surgiu recentemente como uma fonte de energia promissora para a redução do ferro (GFANZ, 2021).

Considerando o setor financeiro, há diversos compromissos que podem trazer reflexos nos mais diversos setores da economia:

- A campanha Race to Zero da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas conta com mais de 30 instituições financeiras que administram mais de US\$ 8,7 trilhões em ativos e se comprometem a "usar os melhores esforços" para eliminar os riscos de desmatamento causados por commodities em seus investimentos até 2025 (UNFCCC, 2020).
- A iniciativa Net Zero Asset Managers anunciou 53 novos signatários de um total de 273 investidores que administram US\$ 61,3 trilhões em ativos (NET ZERO ASSET MANAGERS, 2022).
- A Net-Zero Banking Alliance, composta por 95 bancos membros de 39 países, que representam coletivamente US\$ 66 trilhões em ativos – mais de 43% dos ativos bancários em todo o mundo –, estabeleceu um compromisso de atingir zero emissões líquidas até 2050 em alinhamento com o limite de temperatura de 1,5 °C do Acordo de Paris (UNEPFI, 2021a).

A *Race to Zero* é uma campanha global para reunir liderança e apoio de empresas, cidades, regiões e investidores para uma recuperação saudável, resiliente e de zero carbono que evite ameaças futuras, crie empregos decentes e desbloqueie um crescimento inclusivo e sustentável. Mobiliza uma coalizão de iniciativas *net-zero*, representando 1.049 cidades, 67 regiões, 5.235 empresas, 441 investidores e 1.039 instituições de ensino superior. Esses atores juntam-se a 120 países comprometidos a alcançar zero emissões líquidas de carbono até 2050, o mais tardar. Coletivamente, esses atores cobrem quase 25% das emissões globais de CO<sub>2</sub> e mais de 50% do PIB (UNFCCC, 2022a).

O grupo internacional Net Zero Asset Managers é composto por gestores de ativos financeiros comprometidos a direcionar investimentos para a transição para uma economia de baixo carbono até 2050 ou antes, em linha com os esforços globais para limitar o aquecimento a 1,5 °C. Os gestores revisam as metas pelo menos a cada cinco anos, com o objetivo de aumentar a proporção de ativos cobertos por elas até que 100% deles sejam incluídos. A iniciativa é um parceiro formal da campanha *Race to Zero* da UNFCCC e se constitui como o elemento que representa os gestores de ativos na Glasgow Financial Alliance for Net Zero (NET ZERO ASSET MANAGERS, 2022).

A Net-Zero Banking Alliance reforça, acelera e apoia a implementação de estratégias de descarbonização, reconhecendo o papel vital dos bancos no apoio à transição global da economia para zero emissões líquidas. Convocada pela ONU, a aliança reúne bancos em

todo o mundo, representando atualmente cerca de 40% dos ativos bancários globais, que estão comprometidos em alinhar suas carteiras de empréstimos e investimentos com zero emissões líquidas até 2050, combinando ações de curto prazo com responsabilidade. A aliança é convocada pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e é credenciada pela *Race to Zero*. Além disso, é o elemento bancário da Glasgow Financial Alliance for Net Zero (UNEPFI, 2021b). As metas são estabelecidas especialmente para os setores intensivos em carbono: agricultura, alumínio, cimento, carvão, imobiliário, ferro e aço, petróleo e gás, geração de energia e transporte (UNEP, 2021).

Esses compromissos, em sua maioria guiados pela GFANZ, trabalham para mobilizar os recursos necessários a fim de construir uma economia global de zero emissões líquidas e cumprir as metas do Acordo de Paris. Para desbloquear os recursos necessários a fim de alcançar um futuro resiliente e livre de emissões, os compromissos apoiam a transição em diversos setores da economia utilizando ferramentas analíticas críticas e infraestrutura de mercado (agências de classificação de crédito, auditores e bolsas de valores), de modo a permitir que as instituições implementem suas estratégias de zero emissões líquidas. As iniciativas também atuam defendendo políticas públicas que apoiam a transição para uma economia *net-zero* (UNEP, 2021).

Segundo a UNEP-FI (2021), cinco características tornam esses comprometimentos financeiros inovadores e promissores:

- Em primeiro lugar, o alinhamento de portfólio das instituições tem um carácter sistêmico: elas são reflexo da economia do país e, portanto, só serão net-zero se o sistema geral estiver. Os compromissos financeiros indicam que as instituições financeiras liderarão e apoiarão a mudança necessária;
- O alinhamento de capital com metas de zero emissões líquidas exige que as instituições visualizem suas carteiras de forma holística, gerenciando sua pegada de carbono entre os setores, as localizações e os tipos de ativo financeiro;
- A descarbonização dos portfólios não acontecerá de forma aleatória. Precisa acontecer com base nos cenários estabelecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e outras instituições, com os limites temporais estabelecidos para frear o aquecimento global;
- 4. Os compromissos assumidos pelas instituições financeiras exigirão que elas relatem o progresso de forma metódica e periódica; e
- 5. Os compromissos exigirão ações imediatas, dado que as metas intermediárias devem ser alcançadas até 2025 ou 2030, o que deve levar a uma redução no financiamento em tecnologias ou modelos de negócio incompatíveis com os acordos assumidos.

#### 2.1 OUTROS COMPROMISSOS CLIMÁTICOS

Além de instituições financeiras, regiões, cidades, instituições educacionais e hospitais, a campanha *Race to Zero* recebeu inscrições de mais de 7.000 empresas que se comprometeram a alinhar seus modelos de negócio com emissões *net-zero* até 2050, com o compromisso de reduzi-las em 50% até 2030 (UNEPFI, 2021d). Por entender que as metas climáticas não podem ser atingidas em um cenário no qual o desmatamento e a conversão de outros ambientes não sejam completamente eliminados ainda nesta década, a *Race to Zero* atualizou seus critérios de adesão e incluiu que os novos membros devem se comprometer a deter o desmatamento e proteger a biodiversidade. Além disso, devem tornar suas finanças e seus investimentos consistentes com o desenvolvimento resiliente ao clima, incluindo o fim do desmatamento e a conversão de outros ecossistemas naturais (RACE TO ZERO, 2022).

Um total de US\$ 19,2 bilhões foi prometido para interromper e restaurar a perda florestal, dos quais US\$ 7,2 bilhões vieram de investimentos privados. Ao todo, 110 países comprometeram-se a fortalecer os esforços compartilhados para conservar as florestas e outros ecossistemas terrestres, bem como acelerar sua restauração, facilitar o comércio sustentável e as políticas de desenvolvimento no próprio país e no exterior (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021b).

Já no setor de energia, empresas do ramo envolvidas na *Race to Zero* da ONU comprometeram-se a atingir 750 gigawatts de capacidade instalada de energia renovável até 2030. Isso é suficiente para fornecer energia a cerca de 896 milhões de pessoas. Com o setor de energia respondendo por um quarto de todas as emissões globais de gases de efeito estufa, a transição para a energia renovável é crucial para manter o aquecimento dentro de 1,5 °C graus (UNFCCC, 2021b).

Outros compromissos empresariais destacam a relevância da temática climática pelo setor corporativo. O Pacto Global da ONU e o SBTi (Science Based Targets initiative) anunciaram que 1.045 empresas que representam mais de US\$ 23 trilhões em capitalização de mercado aderiram à campanha Business Ambition 1,5 °C7. Metade delas se comprometeu a atingir o *net-zero* usando a estrutura do SBTi até 2050. Além disso, 10 empresas globais com uma receita anual combinada de US\$ 500 bilhões publicaram uma declaração de propósito, prometendo estabelecer um roteiro compartilhado para ações aprimoradas da cadeia de suprimentos consistente com um caminho de 1,5 °C pela COP27 (WRI, 2021).

<sup>7</sup> As empresas que fazem parte do Business Ambition 1,5 °C podem fazer parte do *Race to Zero* simultaneamente.

Na indústria do carvão, 61 investidores que administram US\$ 10 trilhões em ativos se comprometeram a eliminar gradualmente a maioria dos ativos de uso de carvão para geração de energia térmica até 2030 para países industrializados e globalmente até 2040. No setor da indústria automobilística, mais de 35 empresas assinaram uma declaração legalmente não vinculativa para acelerar a transição para carros e vans elétricos (WRI, 2021).

Liderada pela indústria, a iniciativa do setor siderúrgico Net-Zero Steel Initiative (NZSI) atua no desenvolvimento de um roteiro para atingir zero emissões líquidas e na criação de uma coalizão de atores do setor comprometidos com a economia de baixo carbono. A Net-Zero Steel Pathway Methodology Project (NZSPMP) também produziu orientações para as siderúrgicas que buscam se comprometer com o *net-zero* e estabeleceu metas provisórias de redução de emissões. É composta por 15 das maiores siderúrgicas globais (NZSPMP, 2021).

Além das iniciativas privadas, durante a COP26 houve o Acordo Global do Metano, no qual os países participantes concordaram em tomar ações voluntárias de modo a contribuir com um esforço coletivo para reduzir as emissões globais de metano em, pelo menos, 30% ( $8\text{GtCO}_2$ ) dos níveis de 2020 até 2030, o que poderia eliminar o aquecimento de mais de 0,2 °C até 2050. O acordo tem participação de mais de 100 países, que representam quase metade das emissões antropogênicas de metano e mais de dois terços do PIB global (GMP, 2022).

#### 2.2 EXPECTATIVAS PARA A COP27

Com o aumento da ambição climática após a COP26, espera-se que seja intensificada a pressão pela descarbonização global, que deve ser refletida em regulações climáticas nacionais e internacionais mais rígidas aliadas a um maior fluxo financeiro para tecnologias de baixa emissão de GEE. Essas medidas têm o potencial de alterar as atividades produtivas ao direcionar os incentivos para a sustentabilidade tanto por meio da coerção legal quanto pela recompensação financeira pela adoção de boas práticas relacionadas às emissões de gases poluentes.

Enquanto a COP26 ficou marcada pelo aumento da ambição climática, espera-se que a COP27 seja marcada pela implementação dos compromissos assumidos, além de resolver questões pendentes da última Conferência. Uma delas é a operacionalização da Rede de Santiago sobre Perdas e Danos (SNLD, na sigla em inglês), que tem o objetivo de catalisar a assistência para a implementação de abordagens relevantes a fim de evitar ou minimizar os dados provocados pelas mudanças climáticas em países em desenvolvimento, que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações climáticas (UNFCCC, 2019).

Adicionalmente, é esperado um aumento nas ambições das NDCs, dado que os compromissos apresentados até a COP26 se mostravam insuficientes para limitar o aquecimento global a 1,5 °C, gerando uma lacuna de credibilidade dos compromissos assumidos, especialmente nas metas intermediárias para 2030. Buscando aumentar a ambição das metas intermediárias, a União Europeia vem buscando trabalhar em colaboração com os países em desenvolvimento vulneráveis e seus parceiros do G7 para incentivar os principais emissores a aumentar sua ambição pré-2030 por meio de um novo Programa de Trabalho de Mitigação, que deve ser lançado na COP27 (EUROPEAN COMMISSION, 2022).

No âmbito da adaptação climática, será preciso avançar nos Objetivos Globais de Adaptação (GGA, na sigla em inglês), especificamente em relação a metas, metodologias e dados para a operacionalização das metas de adaptação. Dessa forma, os países precisarão preparar seus Planos Nacionais de Adaptação e a Comunicação de Adaptação (BHANDARI; WARSZAWSKI; THANGATA, 2022).

Espera-se que o programa de trabalho criado na COP26 para os objetivos de adaptação – a ser desenvolvido entre 2022 e 2023 – crie um entendimento comum do GGA, sinalizando como alcançar os objetivos e, posteriormente, avaliar o seu progresso, de forma que a comunidade global possa entender os esforços, especialmente técnicos e financeiros, necessários para a adaptação climática. Espera-se, ainda, que o programa de trabalho restabeleça o vínculo entre adaptação e mitigação, de forma inclusiva e dinâmica, mantendo as respectivas ações em um caminho equilibrado para alcançar as metas climáticas globais (UNFCCC, 2022b).

É preciso, portanto, que as negociações avancem para decisões que vão além de procedimentos e que liguem o tema de adaptação à mudança do clima às negociações relacionadas ao financiamento climático e ao balanço da implementação do Acordo de Paris. Além disso, devem apresentar os caminhos para aumentar o financiamento climático, como prometido em Glasgow, dado que os países desenvolvidos ainda não cumpriram a meta de alcançar US\$ 100 bilhões anuais. Um novo plano de trabalho para alcançar essa meta está sendo desenvolvido pelo Canadá e pela Alemanha e será apresentado com maiores detalhes na COP27 (CANADA, 2021).

Dessa forma, espera-se que na COP27 sejam estabelecidas metas mais ambiciosas para a mitigação das mudanças climáticas, com a atualização das NDCs, os mecanismos para cumprimento das metas e relatos dos progressos alcançados. Adicionalmente, novas discussões sobre a mobilização para o aumento do financiamento climático devem surgir, dado o plano de trabalho realizado pelo Canadá e pela Alemanha, assim como a necessidade de equalizar os financiamentos para a adaptação climática frente aos recursos destinados à mitigação.



### 3 ARQUITETURA GLOBAL DE FINANCIAMENTO

A arquitetura global de financiamento climático é composta por diversos canais e mecanismos de financiamento, que podem ocorrer tanto dentro do mecanismo financeiro da UNFCCC quanto por iniciativas e canais bilaterais ou regionais. Recentemente, os países também começaram a criar fundos nacionais para mudanças climáticas, que recebem financiamento de outros países contribuintes em um esforço para coordenar e alinhar os interesses com as prioridades nacionais relacionadas às mudanças climáticas. Os tipos de financiamento climático variam entre doações, empréstimos e participação societária (SCHALATEK; BIRD, 2018).

A arquitetura tem, ainda, diferentes tipos de estrutura de governança, modalidade e objetivo e, embora a transparência do financiamento climático por meio das iniciativas multilaterais esteja aumentando, informações detalhadas sobre iniciativas bilaterais, fundos regionais e nacionais geralmente são menos disponíveis (SCHALATEK; BIRD, 2018).

Climático Noruega Outros Japão França GCCA ICEL INSTITUIÇÕES BILATERAIS JBIC MFA JICA FMO AFD UNFCCC Instituições não Financeiras Mecanismos Regionais de MDB's de Carbono UNFCCC Instituições Financeiras UM Agências WB pacidade de Risco da Áfri T PÁISES RECEPTORES Fundos analisados neste relatório Agências implementadoras Fundos não analisados neste relatório \*Os CIFs são administrados pelo Banco

FIGURA 1 – Arquitetura Global de Financiamento Climático - Arquitetura Global de Financiamento

Fonte: Adaptada pelos autores de ODI e HBF (2016)

Nota: esta figura não contempla todos os países, financiamentos e iniciativas climáticas.

ticas. exceção do próprio GEF.

todos os fundos da UNFCCC, com

Essa arquitetura global de financiamento começa a tomar forma a partir do Artigo 4.3 da UNFCCC, que traz a responsabilidade dos países desenvolvidos de prover financiamento para reduzir os custos da mudança climática nos países em desenvolvimento, além de ajudar na transição da economia usual para um caminho de desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa.

Entre os mecanismos financeiros da UNFCCC, o Green Climate Fund (GCF), o Global Environment Facility (GEF) e o Adaptation Fund (AF) são os mecanismos de financiamento para mitigação e adaptação das mudanças climáticas. O Joint Implementation (Implementação Conjunta) e o Clean Development Mechanism (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) são iniciativas que visavam introduzir um mercado de carbono global, mas que estão sendo substituídas pelos mecanismos de mercado do artigo 6º do Acordo de Paris.

As Autoridades Nacionalmente Designadas (AND) do Fundo Verde do Clima (GCF) são as instituições governamentais que fazem a interface entre cada país e o fundo. No Brasil, essa instituição é representada pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN). É também da competência da AND avaliar projetos de mitigação e adaptação que estejam alinhados com o Programa País<sup>8</sup> e que ajudem a alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2022a). Além disso, a AND também atua como interface entre o fundo e as entidades acreditadas, que realizam as atividades de desenvolvimento de propostas de financiamento e a gestão e o monitoramento de projetos e programas. As entidades nacionais de acesso direto ao GCF no Brasil são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); e a Caixa Econômica Federal. Algumas entidades acreditadas estrangeiras com escritórios no Brasil também podem ter acesso aos recursos do GCF, como: a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Banco Mundial; e outras instituições (BRASIL, 2022c).

Já o Global Environment Facility (GEF), ou Fundo Global para o Meio Ambiente, define diretrizes, políticas e áreas prioritárias e confia às agências implementadoras a aplicação das regras, a preparação e o monitoramento dos projetos a serem desenvolvidos pelas instituições executoras. As primeiras agências implementadoras do GEF foram o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 2015, o Fundo da Amazônia Oriental (FUNBIO) passou a ser também uma agência implementadora no Brasil (FUNBIO, [s. d.]).

<sup>8</sup> O Programa País define as prioridades estratégicas nacionais para o engajamento com o GCF, apresentando o papel da AND, do GCF, das entidades acreditadas e dos projetos a serem apoiados (BRASIL, 2022b).

Enquanto o GCF já destinou cerca de US\$ 390 milhões em oito projetos no Brasil e em projetos de tratamento de resíduos, energia renovável, bioeconomia, agricultura e florestas (REDD+) $^9$ , o GEF já destinou cerca de US\$ 709 milhões para o país distribuídos em 59 projetos, principalmente para biodiversidade, projetos agroflorestais, além de Captura e Armazenamento de CO $_2$  (CCS) na indústria sucroalcooleira, tratamento de resíduos na indústria química, produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica entre outros (GCF, 2019; GEF, 2022b).

Já os fundos nacionais para financiamento climático são o Fundo Clima e o Fundo Amazônia, ambos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério do Meio Ambiente, que administra os recursos não-reembolsáveis do Fundo Clima (FUNDO AMAZÔNIA, [s.d.]), (MMA, [s.d.]). O Fundo Clima possui nove subprogramas, envolvendo financiamento de máquinas e equipamentos com maiores níveis de eficiência energética, uso de energias renováveis, inovação tecnológica, entre outros. Já o Fundo Amazônia destinou no total aproximadamente R\$ 1,7 bilhões em 102 projetos, concentrados principalmente em atividades de conservação e manejo florestal (BRASIL, [s. d.]).

<sup>9</sup> REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados à recuperação e conservação de suas florestas (MMA, [s.d.]).

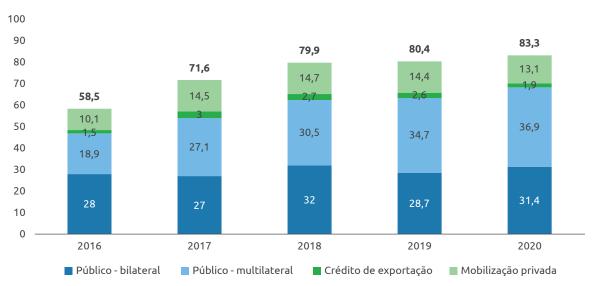


# **4** FLUXO GLOBAL DE FINANCIAMENTO

Desde a 15ª Conferência das Partes (COP15), em 2009, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para a ação climática em países em desenvolvimento. O objetivo foi reconhecido no Acordo de Cancún na COP16 e reiterado na COP21 em Paris, com extensão do prazo para cumprimento do objetivo para o ano de 2025 (OECD, 2022).

Em 2020, último ano analisado pela OCDE, foram mobilizados US\$ 83,3 bilhões para o financiamento de ações climáticas em países em desenvolvimento, um aumento de 4% em relação a 2019, com a maioria dos recursos sendo destinada para ações de mitigação. Desse montante, o financiamento público segue como a principal fonte, tendo crescido constantemente desde 2016 (OECD, 2022).

**GRÁFICO 1 –** Mobilização de recursos para finanças climáticas



Fonte: Adaptado de OECD (2022).

80 1,6 70 1,5 1,1 60 0,9 17,9 13,9 0,8 50 16,7 13,8 40 12,3 30 20 10 46,5 33,3 38,6 45 48,6 0 2016 2017 2018 2019 2020 ■ Empréstimos Doações Participação societária

GRÁFICO 2 - Instrumentos de financiamento público entre 2016 e 2020 (em USD bilhões)

Fonte: Adaptado de OECD (2022).

A *Climate Policy Initiative* (CPI), no documento *Global Landscape of Climate Finance 2021*, identifica que o financiamento climático global aumentou constantemente na última década, chegando ao valor de 632 bilhões de dólares no biênio 2019/2020.

Porém, apesar dos valores recordes e do crescimento de 10% no último período avaliado, observa-se uma diminuição na taxa de aumento em relação aos períodos analisados anteriormente, uma vez que, entre 2013/2014 e 2015/2016, o aumento foi de 27%, e entre 2015/2016 e 2017/2018, de 24%. Essa redução no crescimento foi um reflexo dos impactos da pandemia global de Covid-19.

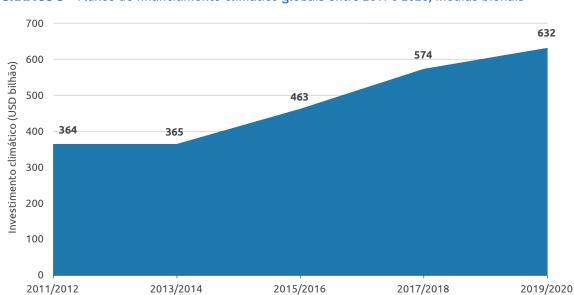


GRÁFICO 3 - Fluxos de financiamento climático globais entre 2011 e 2020, médias bienais

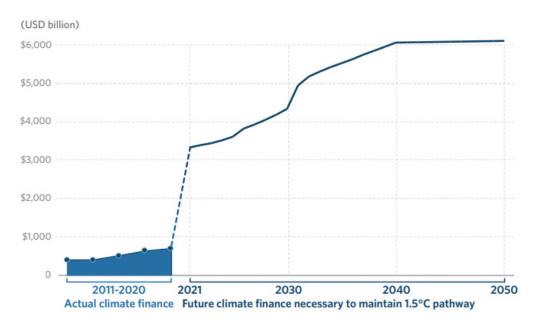
Fonte: Adaptado de CPI, 2022.

O financiamento para atividades de mitigação ainda representa a maioria deles, com foco nos setores de energia e transportes, que corresponderam a aproximadamente 46% do total de recursos mobilizados entre 2016 e 2020. Já o financiamento para atividades de adaptação, apesar de um aumento de 53% entre 2017/2018 e 2019/2020, chegando a valores de 46 bilhões de dólares, ainda está num patamar consideravelmente abaixo de onde deveria estar (CPI, 2022).

O relatório *UNEPS's Adaptation Gap Report* estima que os custos anuais de adaptação nos países em desenvolvimento deveriam estar entre 155 e 330 bilhões de dólares até 2030. O investimento em adaptação climática continua sendo fornecido quase que totalmente pelo setor público. Hoje, esse gasto é concentrado principalmente em atividades de suprimento de água e saneamento, agricultura, floresta e pesca, responsáveis por 17% dos recursos mobilizados entre 2016 e 2020. A principal forma de destinação desses recursos fornecidos pelo setor público se dá por meio de empréstimos, seguida por doações (CPI, 2022).

Mesmo com o financiamento climático atingindo recordes, ainda há ações a serem tomadas para a manutenção de um cenário de aumento temperatura global de 1,5 °C. O investimento estimado para alcançar resultados nesse cenário varia de US\$ 1,6 trilhão a US\$ 3,8 trilhões anualmente entre 2016 e 2050, de acordo com o IPCC. Já a Comissão Global de Adaptação estima custos de US\$ 180 bilhões por ano de 2020 a 2030, enquanto a CPI indica que é necessário um aumento de, pelo menos, 590% no financiamento climático anual até 2030, chegando a valores de 4,35 trilhões de dólares para evitar os impactos mais perigosos das mudanças climáticas (CPI, 2022).

**GRÁFICO 4 –** Fluxos de finanças climáticas rastreadas globais e a necessidade média anual estimada de investimento climático até 2050



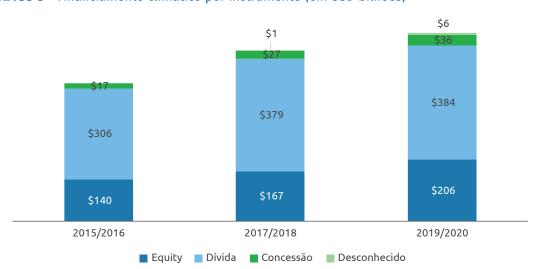
#### **4.1 INSTRUMENTOS**

Segundo dados da Climate Policy Initiative (2022), a maior parte do financiamento climático é levantada como dívida – cerca de 61% do total –, sendo que 12% desse total (47 bilhões de dólares) é em dívidas de baixo custo ou concessão e 88% (337 bilhões de dólares), em dívidas a taxas de mercado.

Durante o biênio 2019/2020, dos 337 bilhões de dólares da dívida emitida a taxas de mercado, 232 bilhões de dólares foram emitidos a nível de projeto, enquanto dívidas emitidas diretamente pelos balanços foram no valor de 105 bilhões de dólares. A maior parte do financiamento a nível de projeto é destinada a transporte de baixo carbono e sistemas de energia renovável.

Os investimentos em *equity* foram responsáveis por financiar 206 bilhões de dólares no biênio 2019/2020, aumentando sua parcela no financiamento total de 29% para 33%. Assim como na emissão de dívida, a maior parcela do investimento em *equity* é feita em sistemas de energia renovável, mas o aumento observado nos valores entre 2017/2018 e 2019/2020 foi quase que exclusivamente decorrente do aumento dos investimentos em transportes e infraestrutura, que tiveram um acréscimo de 28 bilhões de dólares.

Já as concessões apresentaram um aumento absoluto entre 2017/2018 e 2019/2020, passando de 27 bilhões de dólares para 36 bilhões de dólares, representando um acréscimo de 33%. 55% das concessões do biênio 2019/2020 foram realizadas internacionalmente. Dentre as concessões domésticas, 37% foram feitas para veículos elétricos. O aumento das concessões reflete a necessidade do aumento do financiamento público de setores e geografias mais desafiadoras.



**GRÁFICO 5 –** Financiamento climático por instrumento (em USD bilhões)

Fonte: Adaptado de CPI, 2022.

#### 4.2 FLUXO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO BRASIL

Entre 2003 e 2022, a região da América Latina e do Caribe recebeu 4,7 bilhões de dólares de fundos climáticos multilaterais, sendo que 1,18 bilhões de dólares foram para o Brasil, representando 25% do total. Desses 1,18 bilhão de dólares, aproximadamente 60% (705 milhões de dólares) foram captados para o Fundo Amazônia e 11% (131,2 milhões de dólares) foram captados em chamadas de projetos do *Global Environment Facility* (GEF) (CLIMATE FUNDS UPDATE, 2022).

\$40 \$152 \$132 \$230 \$151 \$205 \$274 \$295 \$169 \$267 \$414 \$358 \$435 \$356 \$2,3

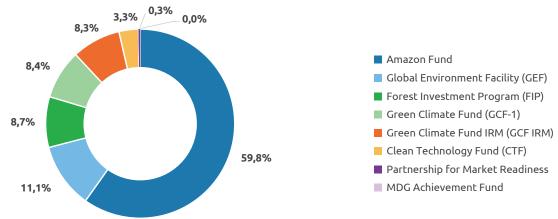
GRÁFICO 6 - Total financiado por ano (em USD milhões)

Fonte: Adaptado de Climate Funds Update, 2022.

\$0.2 | \$27

Restante da LATAMC





Fonte: Adaptado de Climate Funds Update, 2022.

O financiamento por meio de fundos climáticos multilaterais no Brasil é realizado praticamente todo por meio de concessões. Dos 1,18 bilhão de dólares financiados no Brasil, 89% (aproximadamente 1 bilhão de dólares) foram em forma de doação e 11% (aproximadamente 127,5 milhões de dólares), em forma de empréstimos concessionais (CLIMATE FUNDS UPDATE, 2022).

O monitoramento do uso de recursos para financiamento climático é um desafio em curso. Existe uma consolidação do financiamento climático de fundos multilaterais, conforme visto nas referências deste relatório, mas ainda não foi encontrado detalhamento sobre o uso desses recursos nacionalmente por diferentes atores. Tampouco, há disponibilidade de informações consolidadas do direcionamento e rastreabilidade de recursos nacionais, como: fundos de propósito específico para mitigação e adaptação à mudança do clima (FNO Energia Verde, FNO Amazônia Rural Verde, FNE Verde, entre outras), linhas de financiamento de bancos públicos e privados, doações privadas, fundos de assistência técnica, institutos e fundos de doação entre outros.

Como forma de auxiliar a dimensão do financiamento climático no Brasil desempenhado pelos múltiplos atores que exercem esse papel, é necessário buscar individualmente cada fundo disponível e cada linha de financiamento aplicável, compreendendo quais atividades eles podem financiar.



# **5** FICHAS INFORMATIVAS -FUNDOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

O financiamento climático é peça-chave para a implementação de ações que visem, cada vez mais, consolidar uma economia de baixo carbono e reduzir a vulnerabilidade aos impactos do clima. Para a indústria, as necessidades de investimento em mudança do clima se dividem, basicamente, em mitigação de emissões de GEE, adaptação às mudanças climáticas e temas transversais às necessidades de mitigação e adaptação, que podem envolver mais de um setor econômico ou ser de responsabilidade do poder público.

Apesar da grande diversidade de fontes de financiamento, nem todas estão disponíveis para o setor privado e nem para empresas de todos os países. Por isso, desde 2018, a CNI trabalha no levantamento de informações sobre as principais fontes aplicáveis às indústrias.

O próximo capítulo é destinado a apresentar, de forma atualizada, as principais informações de fontes selecionadas, incluindo linhas de financiamento de bancos de desenvolvimento nacionais e internacionais, bancos privados e públicos e programas de financiamento internacional.

Tendo em vista ser uma agenda dinâmica e em constante evolução, sugere-se que, à época da realização da operação financeira, seja feita consulta para verificação das condições econômicas e socioambientais aplicáveis.

## INFORMAÇÕES DETALHADAS DOS FUNDOS CLIMÁTICOS

#### **IDB INVEST**

O IDB Invest faz parte do IDB Group – o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e tem foco no financiamento de projetos no setor privado. Todos eles precisam cumprir requisitos sociais e ambientais mínimos, ainda que não estejam diretamente ligados à temática da sustentabilidade.

Para os projetos que tenham como objetivo específico a atuação em áreas diretamente ligadas à sustentabilidade, são oferecidas condições diferenciadas de custo e/ou prazo visando à promoção das iniciativas de desenvolvimento sustentável. O IDB Invest financia projetos para promover energia limpa, modernizar a agricultura, fortalecer os sistemas de transporte e expandir o acesso ao financiamento.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Não disponível.	O prazo de pagamento depende do produto financeiro.	Em torno de 2 ou 3 anos.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
As taxas de juros atuais dependem do produto financeiro.	<ul><li>Corporate</li><li>Project Finance</li><li>Blended Finance</li><li>Guarantees</li><li>Equity</li><li>Capital Markets</li><li>Loans</li></ul>	O valor depende do produto financeiro.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Real brasileiro (BRL) > Dólar americano (USD) Há possibilidade de outras moedas serem avaliadas.	Contato direto com o IDB Invest.	O valor depende do produto financeiro.
	Garantias	
the control of the co		
Caso a caso.		
Caso a caso.	Foco da avaliação	

#### Requisitos gerais e setoriais

O projeto deve cumprir, pelo menos, os seguintes critérios:

- Estar em um país latino-americano ou caribenho que seja membro do Grupo IDB;
- Estar no setor privado ou fazer parte de uma empresa estatal buscando financiamento sem garantia soberana;
- Ter um impacto positivo e escalável na economia local;
- Ser ambiental e socialmente correto, atendendo aos padrões ambientais e sociais do IDB, bem como aos do país onde o projeto será executado. Estar em conformidade com os padrões de governança corporativa, integridade e reputação do IDB;
- O IDB Invest não empresta diretamente para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) ou empreendedores individuais. No entanto, muitos dos clientes são intermediários financeiros que fazem empréstimos para empresas menores;
- O IDB Invest não financia ONGs, startups ou fusões e aquisições;
- As empresas devem ter, pelo menos, três anos de demonstrações financeiras auditadas. Não se aplica ao financiamento de projetos;
- Apresentar uma rentabilidade em linha com os *benchmarks* para a indústria e os países onde a empresa opera; e
- O IDB Invest se concentra no financiamento de projetos que visam aumentar a capacidade da empresa, melhorar a produtividade e/ou qualidade, reduzir a pegada de carbono e/ou ter um impacto social significativo.

#### Requisitos de sustentabilidade

Para a avaliação social e ambiental dos projetos, são utilizados os Padrões de Desempenho da IFC (International Finance Corporation) para a sustentabilidade. São eles:

- Avaliação ambiental e social e do sistema de gestão;
- Condições de trabalho;
- Prevenção e mitigação à poluição;
- Saúde e segurança da comunidade;
- Aquisição de terras e reassentamento involuntário;
- Conservação da biodiversidade e gestão dos recursos naturais;
- População indígena; e
- Herança cultural.

Mais informações em: https://firstforsustainability.org/risk-management/implementing-ifc-environmental-and-social-requirements/establish-and-maintain-an-esms/ifc-environmental-and-social-performance-requirements/ifc-performance-standards/.

#### Informações adicionais

Mais informações em: https://www.idbinvest.org/en/access-information-policy.

#### EIB – European Investment Bank

O Banco Europeu de Investimentos (EIB) é o braço de empréstimos da União Europeia. Ele prioriza o financiamento no desenvolvimento de infraestruturas econômicas, ambientais e sociais e no desenvolvimento do setor privado para ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Em 2019, o Conselho de Diretores do EIB aprovou uma série de metas para a ação climática e sustentabilidade, sendo os três principais elementos:

- Entre 2021 e 2030, o Grupo EIB vai apoiar 1 trilhão de euros em investimentos em ação climática e sustentabilidade;
- O EIB vai aumentar gradualmente a parcela de seu financiamento dedicado ao tema até exceder 50% de todas as operações em 2025; e
- Haverá o alinhamento de todas as atividades financeiras do grupo com os princípios e as metas do Acordo de Paris a partir do fim de 2020.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Em 2021, o banco assinou um total de 65,36 bilhões de euros de financiamento. 43% do financiamento total do EIB foram dedicados ao financiamento verde (ação climática e sustentabilidade ambiental).	Empréstimos gerais: até 10 anos Project Finance: até 30 anos	Não especificada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Não especificada.	> Financiamento corporativo > Financiamento ao crescimento para médias empresas > Financiamento de projetos > Dívida corporativa híbrida > Empréstimos-quadro	Geralmente, os empréstimos são de valores a partir de EUR\$ 25 milhões, sendo até 50% do valor do projeto. Empréstimos-quadro: podem ser usados para financiar vários projetos de pequeno e médio porte, geralmente na faixa de 1 a 50 milhões de euros.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Euro (EUR)	O EIB não tem intermediários financeiros no Brasil.	Empréstimos-quadro: podem ser usados para financiar vários projetos de pequeno e médio porte, geralmente na faixa de 1 a 50 milhões de euros.
	Garantias	
Não especificadas.		

#### Foco da avaliação

O EIB faz um processo de *due diligence* em que avalia a elegibilidade dos projetos financiados aos seguintes aspectos:

- Financeiro;
- Econômico;
- Social;
- -Ambiental;
- Climático;
- Avaliação técnica; e
- Organização e capacidade do promotor do projeto.

#### Requisitos gerais e setoriais

São elegíveis para receber recursos do EIB:

- Grandes grupos ou corporações;
- Mid-caps (empresas de capital aberto); e
- Casos especiais (Concessões/PPPs).

#### Requisitos de sustentabilidade

O EIB avalia 10 aspectos em todos os projetos submetidos. São eles:

- Gestão e avaliação de riscos e impactos sociais e ambientais;
- Prevenção à poluição;
- Biodiversidade e ecossistemas;
- Padrões climáticos;
- Herança cultural;
- Reassentamentos involuntários;
- Direitos e interesses de grupos vulneráveis;
- Padrões trabalhistas;
- Segurança e saúde ocupacional; e
- Engajamento com os stakeholders.

Mais informações em: https://www.eib.org/attachments/strategies/environmental\_and\_social\_practices\_handbook\_en.pdf.

#### Informações Adicionais

Mais informações em: https://www.eib.org/en/projects/cycle/applying\_loan/index.htm.

#### NAMA FACILITY/GIZ: TI4E

O programa Transformative Investments for Industrial Energy Efficiency (TI4E) é fruto de uma parceria entre a Agência Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ), a NAMA Facility, o governo brasileiro, a Carbon Trust e a ABESCO (Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Conservação de Energia).

Seu objetivo é fornecer empréstimos para projetos de eficiência energética que tenham o objetivo de reduzir o consumo de energia térmica para pequenas e médias empresas do setor industrial de São Paulo.

Valuus da santata	Books do como consento	Cîi-	
Volume de negócios	Período para pagamento	Carência	
EUR\$ 18.3 milhões para o período de 2020/2025.	Até 10 anos.	Não especificada.	
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo	
Estimativa: SELIC + 2-3%.	> Empréstimos	Valor mínimo não especificado. Ticket médio de R\$ 800 mil.	
Moeda local	Intermediários	Valor máximo	
> Real brasileiro (BRL)	SENAI BNDES Desenvolve SP	Valor máximo não especificado. Ticket médio de R\$ 800 mil.	
	Garantias		
O projeto prevê subsídio para as garantias de até 90% do valor solicitado.			
Foco da avaliação			
Avaliação do projeto e da empresa. Ademais, serão feitas uma auditoria energética e uma análise do <i>payback</i> do projeto.			
Requisitos gerais e setoriais			
Apenas pequenas e médias empresas industriais localizadas no estado de São Paulo.			
Requisitos de sustentabilidade			
Redução do consumo de energia térmica.			
Informações adicionais			
Mais informações no site da PotencializEE (termo em português para TI4E): https://www.programa-potencializee.com.br/inscreva-sua-industria/.			

#### **IDB LAB**

O IDB LAB é o laboratório de inovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele (antigo Fundo Multilateral de Investimentos - FOMIN) tem preferência por modelos de negócio não testados e inovações disruptivas que ajudam a resolver problemas sociais e ambientais.

Apoia projetos inovadores e empreendimentos em estágio inicial com potencial para gerar impacto em larga escala e atua na criação de ecossistemas de empreendedorismo e inovação.

O fundo realiza financiamentos por meio de editais.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Desde 1993, o IDB Lab aprovou mais de US\$ 2 bilhões em projetos implantados em 26 países da América Latina e do Caribe.	Não especificado.	Não especificada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Não especificada.	> Equity > Empréstimos > Doações	US\$ 2 milhões.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Dólar americano (USD) Há possibilidade de outras moedas serem avaliadas.	Não há.	US\$ 3 milhões.
	Garantias	
Não especificadas.	-	-
	Foco da avaliação	
Não especificado.		

#### Requisitos gerais e setoriais

Organizações sem fins lucrativos, empresas, intermediários financeiros que atendem micro e pequenas empresas. Para receber recursos do IDB Lab:

- É necessário ser de pequeno ou médio porte; e
- Precisa ser rentável e ter auditado as finanças.

A preferência é por modelos de negócio não testados e inovações disruptivas que ajudam a resolver problemas sociais e ambientais.

#### Requisitos de sustentabilidade

O IDB Lab busca promover empreendimentos e projetos inovadores que utilizem novas tecnologias e tenham potencial para gerar um impacto em larga escala ao promover a inclusão econômica e social. As iniciativas financiadas devem estar relacionadas às verticais ou aos setores que o IDB Lab apoia:

- Educação, talento e emprego;
- Agricultura e capital natural;
- Inclusão financeira;
- Saúde: e
- Serviços essenciais de infraestrutura.

#### Informações adicionais

Mais informações em: https://bidlab.org/en.

#### **DEG INVEST**

O DEG Invest é uma subsidiária do Grupo KFW e uma das maiores instituições financeiras de fomento ao desenvolvimento para empresas privadas do mundo. Está a par do contexto da indústria nacional, atuando há 60 anos no país.

O banco tem linhas de financiamento de longo prazo que podem ser acompanhadas por recursos a fundo perdido por meio do programa DeveloPPP. O financiamento deve contribuir para o desenvolvimento sustentável da indústria brasileira.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência	
US\$ 464 milhões de dólares em 2019 para o Brasil. US\$ 696 milhões no Mercosul. US\$ 4 bilhões na América Latina.	Linha comercial: de 4 a 15 anos.	Linha comercial: de 1 a 3 anos de carência.	
Taxa de juros	Instrumento	Valor Mínimo	
Taxas de juros baseadas no mercado e competitivas a longo prazo. O valor depende da avaliação de risco da empresa e do projeto.	> Project Finance (comercial)> Corporate Finance (comercial) > DeveloPPP (apoio): suporte por meio de auxílio financeiro, conhecimento e informação para empresas investirem em sustentabilidade. A empresa precisa contribuir com 50% do valor do projeto. > Business Support Services (BSS) (apoio): apoio financeiro e não financeiro. Para acessar esse programa, a empresa deve ser cliente ou estar em processo de contratação da linha comercial.	Linha comercial – US\$ 10 milhões DeveloPPP (apoio) – US\$ 116 mil. BSS (apoio) – Não informado.	
Moeda local	Intermediários	Valor máximo	
> Real brasileiro (BRL) > Dólar americano (USD) > Euro (EUR)	Contato direto com o DEG Invest.	Linha comercial – US\$ 50 milhões.  DeveloPPP (apoio) – US\$ 2milhões.  BSS (apoio) – US\$ 200 mil.	
Garantias			
Linha comercial: 120% do volume financiado mediante garantias reais (terreno, fábrica e equipamentos). 140% do volume financiado para demais instrumentos.  Linha adicional: 50% do investimento do projeto devem vir da proponente, não podendo ser terceira parte.			
Foco da avaliação			
Avaliação do projeto e da empresa.			

#### Requisitos gerais e setoriais

As empresas devem atender a critérios financeiros:

- Linha comercial: US\$ 10 milhões e R\$ 200 milhões de faturamento anual mínimo.
- DeveloPPP: Empresas alemães ou europeias em países emergentes e em desenvolvimento. As empresas devem ter um volume de negócios anual de US\$ 800 mil, empregar ao menos oito funcionários e ter registros financeiros de dois anos operacionais.
- BSS: Ter projeto com a linha comercial (podendo andar em paralelo)

Mais informações sobre os critérios de cada programa em:

Linhas comerciais: https://www.deginvest.de/International-financing/DEG/Unsere-L%C3%B6sungen/Unternehmen/.

DeveloPPP: https://www.deginvest.de/Unsere-L%c3%b6sungen/develoPPP/.

BSS: https://www.deginvest.de/International-financing/DEG/Unsere-L%C3%B6sungen/Begleitma%C3%9Fnahmen/.

Ademais, o DEG Invest não financia nenhuma atividade que envolva:

- Trabalho forçado ou trabalho infantil;
- Atividades ou materiais considerados ilegais sob as leis ou os regulamentos do país anfitrião ou sob convenções e acordos internacionais, ou sujeitos a eliminação gradual internacional ou proibições, tais como:
  - a) Substâncias que prejudiquem a camada de ozônio, PCBs (bifenilos policlorados) e outros específicos, produtos farmacêuticos perigosos, pesticidas/herbicidas ou produtos químicos;
  - b) Animais selvagens ou produtos regulados sob a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção ou Fauna e Flora Silvestres (CITES); ou
  - c) Métodos de pesca insustentáveis (por exemplo, pesca de arrastão e pesca com redes de deriva no ambiente marinho usando redes com mais de 2,5 km de comprimento);
- Comércio transfronteiriço de resíduos e produtos residuais, a menos que esteja em conformidade com o Acordo de Basileia e regulamentos subjacentes;
- Destruição de áreas de alto valor de conservação;
- Materiais radioativos e fibras de amianto unbounded;
- Pornografia e/ou prostituição;
- Meios racistas e/ou antidemocráticos;
- Qualquer um destes seguintes produtos formando uma parte substancial das principais atividades comerciais financiadas:
  - a) Bebidas alcoólicas (exceto cerveja e vinho);
  - b) Tabaco;
  - c) Armas e municões: ou
  - d) Jogos de azar, cassinos e empresas equivalentes.

Mais informações sobre os setores inaptos a receberem recursos do DEG Invest em: https://www.deginvest.de/DEG-English-Documente/Abou-DEG/Our-Mandate/EDFI\_DEG\_Exclusion-List\_en.pdf.

#### Requisitos de sustentabilidade

Para a avaliação social e ambiental dos projetos, são utilizados os Padrões de Desempenho da IFC para a Sustentabilidade. São eles:

- Avaliação ambiental e social e do sistema de gestão;
- Condições de trabalho;
- Prevenção e mitigação à poluição;
- Saúde e segurança da comunidade;
- Aquisição de terras e reassentamento involuntário;
- Conservação da biodiversidade e gestão dos recursos naturais;
- População indígena; e
- Herança cultural.

Detalhes dos padrões da IFC em: https://firstforsustainability.org/risk-management/implementing-ifc-environmental-and-social-requirements/establish-and-maintain-an-esms/ifc-environmental-and-social-performance-requirements/ifc-performance-standards/.

#### Informações adicionais

Mais informações em: https://www.deginvest.de/.

#### **SANTANDER**

do cliente.

O Santander é um banco privado com atuação no Brasil e possui opções de varejo para pessoas físicas e jurídicas e opções de atacado para pessoas jurídicas. O banco também atua com repasse de recursos do BNDES e pode ser acessado para financiamentos indiretos. A seguir constam informações das linhas de financiamento:

- CDC Sustentável (financia 100% do valor): linha para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos para todos os temas de sustentabilidade.
- Capital de Giro Sustentável: linha para financiar projetos, consultoria, adequações para certificações, obra civil, entre outros, para todos os temas de sustentabilidade.
- CDC Eficiência Energética: crédito para pessoas e empresas, correntistas ou não, para compra de equipamentos para energia renovável e eficiência energética.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Não informado. O Santander possui linhas de crédito direcionadas à temática da sustentabilidade desde 2012.	CDC Sustentável: até 60 meses (podendo ter até 3 meses de carência). Capital de Giro Sustentável: até 60 meses. CDC Eficiência Energética: até 5 anos.	CDC Sustentável: até 3 meses de carência. Capital de Giro Sustentável: não informada. CDC Eficiência Energética: não informada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
CDC Sustentável: Taxas médias de juros – a partir de 1,30% am (a depender do <i>rating</i> do cliente). Essa linha tem 10% de desconto quando comparada com o CDC Máquinas.  Capital de Giro Sustentável: Taxas médias de juros – a partir de 1,30% am (a depender do <i>rating</i> do cliente). Essa linha tem 10% de desconto quando comparada com o Capital de Giro convencional.  CDC Eficiência Energética: em torno de 2% ao mês.	> Financiamentos > Empréstimos	CDC Eficiência Energética: a partir de R\$ 2,5 mil. Outros: não especificado.
Moeda local	Intermediários	Valor Máximo
> Real brasileiro – BRL	Contato direto com o Santander.	CDC Eficiência Energética: até R\$ 500 mil. Outros: não especificado.
	Garantias	
As garantias podem ser imóveis, investimentos, veículos e afins, dependendo da modalidade de financiamento escolhida.		
CDC Eficiência Energética: o próprio bem financiado.		
Foco da avaliação		

Apenas a avaliação de riscos de crédito do cliente. Geralmente o limite é gerado automaticamente por um sistema ou, quando em projetos maiores, é submetido a um Centro de Decisão, que avalia a capacidade de repagamento

#### Requisitos gerais e setoriais

Os projetos devem ter aderência com algumas das linhas de crédito do Santander.

#### Requisitos de sustentabilidade

É avaliada a aderência do projeto à linha de financiamento selecionada.

#### Informações adicionais

Para tratar sobre o CDC Sustentável e o Capital de Giro Sustentável, o contato deve ser feito diretamente nas agências.

Para tratar sobre o CDC Eficiência Energética, a consulta deve ser feita em uma das lojas credenciadas pelo link: https://www.santander.com.br/hotsite/santanderfinanciamentos/pdf/sistema\_fotovoltaico\_empresas\_conveniadas.pdf. Nesse caso, após receber o orçamento para o projeto, deve-se solicitar uma simulação para pagamento via Santander Financiamentos. Essa operação está sujeita à aprovação de crédito e às condições do produto explicadas no ato da contratação.

#### **BNDES**

O BNDES é o maior banco de desenvolvimento do Brasil e um dos maiores do mundo em sua categoria. Sua missão é atuar como instrumento do governo federal para o financiamento de longo prazo e investimentos em todos os seguimentos da economia brasileira.

Dentre seus programas, destaca-se o Fundo Clima, que se destina a aplicar a parcela de recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ou Fundo Clima. O programa possui nove subprogramas: Mobilidade Urbana; Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima; Máquinas e Equipamentos Eficientes; Energias Renováveis; Resíduos Sólidos; Carvão Vegetal; Florestas Nativas; Gestão e Serviços de Carbono; e Projetos Inovadores.

Há também o Finem, um financiamento de projetos de investimento, públicos ou privados, destinados a gerar e aumentar a capacidade produtiva nos diversos setores da economia. Possui diversas linhas, como instalação de placas fotovoltaicas e projetos de ecoeficiência.

Outro programa do BNDES é o Pronaf, que consiste no financiamento para custeio e investimentos na implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e serviços no estabelecimento rural ou em áreas de comunidades rurais próximas, visando à geração de renda e à melhoria da utilização da mão de obra familiar. Alguns de seus subprogramas são: Pronaf Eco; Pronaf ABC+ Bioeconomia; Pronaf ABC+ Agroecologia; e Pronaf Agroindústria.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Não disponível.	Fundo Clima: até 12 anos (incluindo prazo de carência). Finem: Limitado a 20 anos. Pronaf ABC+ Agroecologia: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.	Fundo Clima: de 3 meses a 2 anos. Finem: até 6 meses após a entrada do projeto em operação. Pronaf: não especificado.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Operação Direta Fundo Clima Custo financeiro: 0,1% a.a. Remuneração do BNDES: 0,9% a.a. Taxa de risco de crédito: variável conforme o risco do cliente e os prazos do financiamento.  Operação Indireta Fundo Clima Custo financeiro: 0,1% a.a. Remuneração do BNDES: 0,9% ou 1,4% a.a.* Taxa do agente financeiro: até 3% a.a. * Beneficiários com Receita Operacional Bruta de até R\$ 90 milhões: 0,9% ao ano. Beneficiários com Receita Operacional Bruta acima de R\$ 90 milhões: 1,4% ao ano.	> Financiamentos	Para apoio direto Fundo Clima: no caso de aquisição de máquinas e equipamentos associada a projetos de investimento, o valor mínimo do financiamento do projeto deve ser de R\$ 10 milhões.

Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Finem Apoio direto (solicitação direta ao BNDES):		Dago and in indicate Funda Climan
nas operações diretas, a taxa de juros é composta pelo Custo Financeiro e pela Remuneração do BNDES (a partir de 1,1% ao ano).		Para apoio indireto Fundo Clima: no caso aquisição de máquinas e equipamentos, não há valor mínimo. Finem: R\$ 40 milhões. Exceto para
Apoio indireto (solicitação por meio de instituição financeira credenciada pelo BNDES):		os seguintes setores, segmentos e finalidades, cujo apoio poderá ter valor mínimo de R\$ 20 milhões:
nas operações indiretas, a taxa de juros é composta pelo Custo Financeiro, pela Taxa BNDES (1,05% ao ano) e pela Taxa do Agente Financeiro (negociada entre a instituição e o cliente).		<ul> <li>Entidades da administração</li> <li>pública direta;</li> <li>Saúde (entidades filantrópicas);</li> <li>Saneamento;</li> <li>Inovação; e</li> <li>Provedores regionais.</li> </ul> Pronaf: não especificado.
Pronaf ABC+ Agroecologia Taxa de juros prefixada de até 5% a.a.		·
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
	Lista completa da rede credenciada no Brasil em: https://www.	Fundo Clima: R\$ 80 milhões a cada 12 meses.
> Real brasileiro (BRL)	bndes.gov.br/wps/portal/site/ home/instituicoes-financeiras-	Finem: sem máximo absoluto disponível.
	credenciadas/rede-credenciada- brasil.	Pronaf Eco: até R\$ 165 mil por ano agrícola.
	Garantias	

#### Garantias

Para apoio direto ao Fundo Clima: definidas na análise da operação.

Para apoio indireto ao Fundo Clima: negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

Para suporte direto ao Finem: garantias reais (como hipoteca, penhor, bem fiduciário, recebíveis etc.) e/ou garantias pessoais (como aval ou fiança), definidas na análise da operação.

Para apoio indireto ao Finem: negociado entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

Pronaf: não especificadas.

#### Foco da avaliação

Fundo Clima: avaliação de crédito simples (empresa).

O projeto dispensa avaliação, dado que os bens possíveis de serem financiados já foram selecionados pelo BNDES previamente.

Finem: avaliação de ambos (crédito e projeto).

Pronaf: não especificado.

#### Requisitos gerais e setoriais

Fundo Clima: micro ou pequenas empresas sediadas no país (com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões) e empresários individuais.

Finem: empresas sediadas no País; fundações, associações e cooperativas; e entidades e órgãos públicos. Pronaf:

- Agricultores;
- Pescadores artesanais que exerçam a pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade de forma autônoma, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- Aquicultores que se dedicam ao cultivo de organismos que têm a sua subsistência normal ou mais frequente na água e exploram uma área não superior a 2 hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração é feita em tanque-rede, ocupe até 500 m³ de água; e
- Silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e que promovem o manejo sustentável desses ambientes.

Ademais, clientes devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais;
- Apresentar cadastro satisfatório;
- Ter capacidade de pagamento;
- Dispor de garantias suficientes para cobertura do risco da operação;
- Não estar em regime de recuperação de crédito;
- Atender à legislação relativa à importação, no caso de financiamento para a importação de máquinas e equipamentos; e
- Cumprir a legislação ambiental.

Não podem ser beneficiárias de financiamento do BNDES pessoas físicas ou jurídicas que:

- Possuam inadimplemento com o Sistema BNDES ou integrem grupo econômico que possua inadimplemento com o Sistema BNDES;
- Sejam responsáveis por título protestado (salvo se houver, a critério do BNDES, justificado o protesto ocorrido);
- Constem em processo judicial que, a critério do BNDES, possa comprometer a capacidade de cumprimento de suas obrigações perante o BNDES;
- Tenham apontamentos cadastrais indicando inadimplemento contumaz ou restrições à sua idoneidade; ou
- Estejam em processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial.

Classificação de porte dos clientes e mais informações em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente.

#### Requisitos de sustentabilidade

É avaliada a aderência do projeto à linha de financiamento selecionada.

#### Informações adicionais

Lista de instituições credenciadas em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/rede-credenciada-brasil.

Finem: antes de enviar a solicitação de suporte direto, é necessário que o cliente tenha autorização do BNDES. Para isso, precisa acessar o Portal do Cliente. Após concluir esse passo, poderá acessar o mesmo Portal do Cliente e apresentar o pedido de financiamento, na seção Pedidos de Financiamento. Se preferir, pode entrar em contato com uma instituição financeira credenciada (agente financeiro) e enviar solicitação de forma indireta.

Para solicitar recursos do Pronaf, é necessário ir pessoalmente a uma instituição financeira credenciada para obter informações sobre a documentação exigida, além de ter a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) fornecida por agente credenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário.

#### **FINEP**

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem por missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público a Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

O órgão possui um programa chamado Finep Sustentabilidade que tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias para a redução do consumo de recursos naturais. O Finep Sustentabilidade é realizado com financiamento reembolsável, operando diretamente junto à Finep e utilizando recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
	Para projetos aprovados como Inovação Crítica ou Inovação Pioneira, o prazo de pagamento é de até 144 meses.	Para projetos aprovados como Inovação Crítica ou Inovação Pioneira, o prazo de carência é de até 48 meses.
Não disponível.	Para projetos aprovados como Inovação para Competitividade, Inovação para Desempenho ou Difusão Tecnológica para Inovação, o prazo de pagamento é de até 120 meses.	Para projetos aprovados como Inovação para Competitividade, Inovação para Desempenho ou Difusão Tecnológica para Inovação, o prazo de carência é de até 36 meses.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
A Finep avalia os projetos da modalidade de Financiamento Reembolsável de acordo com o grau de inovação e o grau de relevância da inovação para o setor econômico do projeto a ser financiado. Quanto maiores esses graus, melhores serão as condições de financiamento (taxa, prazo e participação da Finep). A perspectiva é que os programas Inova Clima e Finep Clima ofereçam condições de financiamento semelhantes ou mais atrativas que as condições padrão da Finep.  São exemplos de condições de financiamento para algumas linhas de ação padrão da Finep, operadas de forma direta: Inovação Crítica: TJLP - 2,7% a.a. / Participação da Finep de até 90%.	> Financiamento reembolsável	Operações descentralizadas: R\$ 200 mil. Operações diretas com a Finep: R\$ 10 milhões.

Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Inovação Pioneira: TJLP - 1,607% a.a./ Participação da Finep de até 90%.		
Inovação para Competitividade: TJLP - 0,205% a.a. / Participação da Finep de até 80%.		
Inovação para Desempenho: TJLP + 2,599% a.a. / Participação da Finep de até 80%.		
Difusão Tecnológica para Inovação: Selic + 5,3% a.a. / Participação da Finep de até 80%.		
O Finep Sustentabilidade possui um bônus de equalização que representa uma redução de 1,402% na taxa de juros da linha de ação em que o projeto foi aprovado e pode ter até 100% de participação da Finep.		
Para mais informações em: http:// www.finep.gov.br/images/a- finep/Condicoes_Operacionais/ CondicoesOperacionais.pdf.		
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Real brasileiro (BRL)	Modalidades de apoio: podem ser oferecidas diretamente pela Finep ou de forma descentralizada, por meio de agentes financeiros ou parceiros estaduais. Financiamento reembolsável: a forma de operação dar-se-á conforme o porte de Receita Operacional Bruta da empresa financiada.	Operações descentralizadas: R\$ 10 milhões. Operações diretas com a Finep: não há.
	Garantias	
Não disponíveis.		
	Foco da avaliação	

Avaliação da capacidade de solvência da empresa, mas com foco no projeto. Como são projetos de inovação, a análise não leva em conta apenas o *payback* dele, mas o nível de inovação e outras características.

#### Requisitos gerais e setoriais

A Finep considera prioritários os setores econômicos e as áreas do conhecimento constantes nas políticas de Estado e iniciativas governamentais, como a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). São priorizadas as micro e pequenas empresas, por meio de operações descentralizadas, bem como as tecnologias voltadas ao desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis.

#### Requisitos de sustentabilidade

Para o programa Finep Sustentabilidade, são elegíveis para apoio Planos Estratégicos de Inovação (PEIs) para o desenvolvimento e/ou a adoção de tecnologias para redução do consumo de recursos naturais. O proponente deve abordar, no conteúdo da proposta, os seguintes tópicos com os quais a proposta se alinha:

- > Redução do uso de recursos naturais diretamente no processo produtivo notadamente a água;
- > Aproveitamento de resíduos sob o conceito de economia circular de modo a reduzir o uso de recursos naturais;
- > Reutilização agrícola e industrial da água;
- > Redução de perdas no sistema de abastecimento de água urbano e rural;
- > Eficiência e uso racional da água nos processos produtivos, incluindo irrigação; e
- > Soluções tecnológicas que ampliam o uso racional da água e o acesso a água e esgoto.

O proponente também deverá indicar a previsão de eficiência no consumo de recursos naturais que a tecnologia a ser desenvolvida e/ou adotada irá gerar ao final da execução do projeto.

#### Informações adicionais

Para submeter sua proposta, a empresa deve se cadastrar no sistema de operações de crédito da Finep. Ao concluir o cadastro, será indicado o gerente de relacionamento responsável por auxiliar no restante do procedimento. O cadastro é feito no endereço: https://financiamento.finep.gov.br/credito/externo/inicio.zul.

#### **GCF**

O Green Climate Fund (GCF) foi estabelecido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) para apoiar a ação climática global, promovendo uma transição de baixo carbono e climaticamente resiliente em países em desenvolvimento. O GCF auxilia no cumprimento do Acordo de Paris ao apoiar os países em desenvolvimento no alcance de suas metas de redução de emissões.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
O valor do financiamento do GCF alocado para projetos do setor privado é de 3,7 bilhões de dólares. Incluindo cofinanciamento, o valor sobe para 16,9 bilhões de dólares. O valor total de projetos aprovados, incluindo financiamento e cofinanciamento do GCF, para projetos de todos os setores é de 40,2 bilhões de dólares.	Não especificado.	Não especificada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
As condições financeiras e as taxas de juros dependem do produto financeiro.	> Empréstimos > Equity > Garantias > Blending > Project Finance	Os valores a seguir dizem respeito ao viabilizado para investimento em projetos das instituições acreditadas ( <i>budget</i> ). Caixa: US\$ 250 milhões. Funbio: US\$ 50 milhões. BNDES: US\$ 250 milhões.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
É definida pela entidade acreditada. O GCF disponibiliza para as entidades apenas recursos em dólar americano (USD).	Para acessar os recursos do GCF, a organização deverá entrar em contato com uma entidade acreditada no Brasil. Atualmente, a Caixa Econômica Federal, o FUNBIO e o BNDES são entidades acreditadas.  A Caixa Econômica Federal é o principal agente (para projetos maiores que US\$ 250 milhões), mas o Funbio também é credenciado (para projetos menores que US\$ 250 milhões). Entretanto, a Caixa informou que foi acreditada em outubro de 2018 e que ainda se encontra na fase de estruturação dos processos, não podendo submeter propostas de captação ao fundo.	Os valores a seguir dizem respeito ao viabilizado para investimento em projetos das instituições acreditadas ( <i>budget</i> ). Caixa: limite não especificado. Funbio: US\$ 250 milhões. BNDES: limite não especificado.

Moeda local	Intermediários	Valor máximo
	O BNDES foi acreditado no ano 2019. Ademais, o BID, o BID Lab, o CAF, o IFC World Bank, o BEI, a FAO, o HSBC, o KFW, o PNUMA, o PNUD e a OSC WWF também são entidades acreditadas.	

#### **Garantias**

Caso a caso.

#### Foco da avaliação

Exceto para recursos disponibilizados a fundo perdido, é feita uma análise de solvência da empresa e dos aspectos socioambientais do projeto.

#### Requisitos gerais e setoriais

- > As exigências para acesso direto ao fundo são:
  - Ser credenciado ou acessar uma entidade credenciada;
  - Estar em alinhamento com os objetivos do GCF; e
  - Ter pelo menos três anos de operações.

Os critérios específicos para as empresas que queiram acessar uma entidade acreditada variam conforme as mesmas.

#### Requisitos de sustentabilidade

Uma proposta de financiamento precisa incluir todos os seis critérios de investimento desenvolvidos pelo GCF e todos os subcritérios relevantes, a saber:

- Potencial de impacto;
- Potencial de mudança de paradigma;
- Potencial de desenvolvimento sustentável;
- Necessidades do receptor;
- Propriedade do país; e
- Eficiência e eficácia.

Detalhes em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/fundo-verde-do-clima/criterios-e-indicadores-do-gcf.

#### Informações adicionais

Entrar em contato com a Caixa, com o BNDES ou com o Funbio. O passo a passo até o investimento está disponível em: https://www.greenclimate.fund/sectors/private.

#### **CAF**

A CAF é um banco de desenvolvimento constituído em 1970 e formado por 19 países – 17 da América Latina e do Caribe, da Espanha e de Portugal, além de 13 bancos privados da região. Compromete-se a promover um modelo de desenvolvimento sustentável por meio de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos nos setores público e privado na América Latina. A contribuição para o desenvolvimento da região se reflete nos resultados esperados das operações de crédito e dos investimentos de capital.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência	
Em 2020, a CAF emitiu trinta títulos no valor total de US\$ 3,7 bilhões em onze moedas diferentes (mundo).	Empréstimos e linhas de crédito podem ser de curto prazo (1 ano), médio prazo (entre 1 e 5 anos) e longo prazo (mais que 5 anos).	Não especificada.	
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo	
Não especificada.	<ul> <li>&gt; Empréstimos</li> <li>&gt; Consultoria financeira</li> <li>&gt; Garantias parciais</li> <li>&gt; Financiamento estruturado</li> <li>&gt; Garantias e avais</li> <li>&gt; Linhas de crédito</li> </ul>	Para empréstimos A/B, o valor mínimo é de US\$ 50 milhões. Para outros serviços: não especificado.	
Moeda local	Intermediários	Valor máximo	
> Dólar americano (USD)	Não especificados.	Para empréstimos A/B, o valor máximo é baseado no projeto e na capacidade de atrair investidores dentro das normas estabelecidas pela CAF. Para outros serviços: não especificado.	
Garantias			
Não especificadas.			
	Foco da avaliação		
Não especificado.			
	Requisitos gerais e setoriais		
Não especificados.			
Requisitos de sustentabilidade			
Não especificados.	Não especificados.		
Informações adicionais			
> Financiamento estruturado: entrar em contato com o escritório do diretor de Financiamento estruturado em: finaciamentodeproyectos@caf.com.			
> Empréstimos: entrar em contato por meio do email: insitutionalfunding@caf.com.			
> Garantias parciais: entrar em contato com o escritório do diretor do Serviço de Consultoria Financeira em:			

> Garantias parciais: entrar em contato com o escritório do diretor do Serviço de Consultoria Financeira em: asesoriafinanciera@caf.com.

#### **KFW**

O KfW é o banco de desenvolvimento do governo alemão. É membro do Grupo KfW e possui escritórios em quase 70 países. O KfW Development Bank apoia programas de desenvolvimento e, portanto, perspectivas futuras na África, na Ásia, na América Latina e no Sudeste da Europa. Trabalha com economias em desenvolvimento e emergentes e está cada vez mais ativo em países envolvidos em conflitos.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
O Banco de Desenvolvimento KfW comprometeu cerca de 1,27 bilhão de euros para a região da América Latina e do Caribe em 2020.	Não especificado.	Não especificada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Não especificada.	> Grants > Development loans > Promotional loans	Não especificado.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Euro (EUR)	Não especificados.	EUR\$ 10 milhões.
Garantias		
Não especificadas.		
	Foco da avaliação	
Não especificado.		
	Requisitos gerais e setoriais	
Os projetos são apalicados com base	om sois critários principais (rolovância	a coorôncia oficácia oficiôncia

Os projetos são analisados com base em seis critérios principais (relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto global no desenvolvimento e sustentabilidade) acordados pela comunidade internacional de doadores, representada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE).

#### Requisitos de sustentabilidade

O Banco de Desenvolvimento KfW só promove projetos que não têm impacto negativo sobre o meio ambiente, o clima e as questões sociais. Projetos e programas que provavelmente terão efeitos inaceitáveis já são descartados durante a fase inicial de planejamento.

#### Informações adicionais

Mais informações em: https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Local-presence/Latin-America-and-the-Caribbean/Brazil/.

#### **GEF**

O Global Environment Facility foi criado na véspera da Cúpula da Terra, no Rio, em 1992, para ajudar a resolver os problemas ambientais mais urgentes do planeta. Desde então, o GEF concedeu mais de US\$ 18,1 bilhões em doações e mobilizou outros US\$ 94,2 bilhões em cofinanciamento para mais de 4.500 projetos em 170 países. Hoje, o GEF é uma parceria internacional de 183 países, instituições internacionais, organizações da sociedade civil e do setor privado que abordam questões ambientais globais.

Os recursos do GEF estão disponíveis para países em desenvolvimento para atender aos objetivos das convenções e aos acordos ambientais internacionais.

O GEF também possui linha para o setor privado, chamado de Non-Grant Instrument (NGI), que trabalha com blended finance. No contexto da programação do GEF, um non-grant instrument pode ser entendido como um mecanismo para financiar atividades que tenham potencial para gerar repasses financeiros ao financiador, independentemente de tais repasses se materializarem.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência	
US\$ 18.1 bilhões em recursos (grants) desde 1992 no mundo.	Não especificado.	Não especificada.	
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo	
Termos financeiros para o setor privado: taxa de juros concessional flexível.	> Non-Grant Instrument (NGI)	Em relação às alocações sob a área focal de mudanças climáticas do GEF, os pisos mínimos de alocação são de US\$ 1 milhão para países desenvolvidos e US\$ 1,5 milhão para países menos desenvolvidos.	
Moeda local	Intermediários	Valor máximo	
Enquanto a moeda operacional do GEF é o dólar americano (USD), o SDR é usado como moeda base durante os reabastecimentos do GEF.  O SDR ou Direito de Saque Especial é uma cesta de moedas que consiste em proporções fixas de Euro (EUR), Libra (GBP), Moeda japonesa (lene), Dólar chines (CNY) e Dólar americano (USD). As contribuições são denominadas em moedas nacionais.	Não especificados.	O valor máximo de financiamento por projeto/programa é de US\$ 15 milhões.	
Garantias			
Não especificadas.	Não especificadas.		
Foco da avaliação			
Na maioria dos casos, o GEF fornece financiamento para apoiar projetos e programas governamentais.			

Na maioria dos casos, o GEF fornece financiamento para apoiar projetos e programas governamentais. Os governos decidem sobre a agência executora (entre outras instituições governamentais, organizações da sociedade civil, empresas do setor privado e instituições de pesquisa).

#### Requisitos gerais e setoriais

Não especificados.

#### Requisitos de sustentabilidade

#### Critério de eleição

Todos os projetos ou programas devem atender aos seguintes critérios para serem elegíveis ao financiamento do GEF:

- Pertencer a um país elegível;
- Ser uma prioridade nacional; e
- Ser uma prioridade do GEF.

#### Financiamento:

O projeto deve buscar financiamento do GEF apenas para os custos incrementais acordados em medidas para alcançar benefícios ambientais globais.

#### Participação:

O projeto deve envolver o público na concepção e implementação, seguindo a Política de Participação Pública em Projetos Financiados pelo GEF e as respectivas diretrizes.

Mais informações em: https://www.thegef.org/about-us.

#### Informações adicionais

Mais informações em: https://www.thegef.org/what-we-do/topics/non-grant-instruments.

#### FMO - Netherlands Development Finance Company

O FMO é o banco de desenvolvimento empresarial holandês. Sua missão é capacitar empreendedores em países em desenvolvimento.

Como é um banco de desenvolvimento, o investimento feito pelo FMO deve apresentar adicionalidade em relação ao que o mercado de crédito pode oferecer.

A principal linha de serviço que pode ser acessada pelas indústrias brasileiras para financiamentos que envolvem mudanças climáticas é a de capacity development.

> Capacity Development Program: programa para contratação de consultorias externas para facilitar a transferência de conhecimento e provisão de expertise técnica. Dentre os focos do programa estão green – em que os clientes do banco são incentivados a melhorar suas credenciais de sustentabilidade, por exemplo, a partir do desenvolvimento de produtos de finanças verdes – e gestão de risco ambiental e social, que apoia os clientes do banco na identificação e gestão de riscos ambientais e sociais.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
EUR\$ 8.5 bilhões de portifólio total.  Investimento total de EUR\$ 544 milhões em projetos verdes, como projetos de energia renovável, agricultura sustentável, silvicultura e linhas de crédito verdes.	Financiamento: até 20 anos Capacity Development: não especificado.	Caso a caso.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Caso a caso.	> Financiamento > Capacity Development Program	Financiamento: US\$ 5 milhões. Capacity. Development: não especificado, porém o cliente deve contribuir com a parcela mínima de 50% do valor do serviço contratado.
Moeda local	Intermediários	Valor Máximo
> Euro (EUR) > Dólar americano (USD) Há a possibilidade de moedas locais serem avaliadas.	Contato direto com o FMO.	Financiamento: média de US\$ 10 milhões.  Máximo não especificado.  Capacity Development: não especificado.
	Garantias	
Caso a caso.		
	Foco da avaliação	
Avaliação do projeto e da empresa.		

Para Capacity Development, a empresa deve ser cliente do FMO, potencial cliente ou parceira, possuir um plano de trabalho do projeto com cronograma e orçamento desenvolvidos por uma terceira parte. O orçamento deve excluir custos operacionais, aquisição ou licenças de hardwares e softwares e impostos. Projetos grandes requerem três propostas para comparação.

#### Requisitos de sustentabilidade

Capacity Development: contratação de serviços de consultoria para melhoria de credenciais de sustentabilidade e gestão de riscos socioambientais. O programa só é aplicável em situações em que o serviço contratado traz mais conhecimentos em sustentabilidade para a empresa contratante.

#### Informações adicionais

Para financiamentos, entrar em contato com o banco pelo endereço: https://www.fmo.nl/contact.

Para Capacity Development, entrar em contato pelo endereço: https://www.fmo.nl/partner-with-us/capacity-development.

#### IFC CANADA - International Climate Finance

O IFC é uma organização irmã do Banco Mundial e membro do World Bank Group. Trata-se da maior organização global de desenvolvimento com foco exclusivo no setor privado de países em desenvolvimento.

O Programa de Financiamento Climático IFC Canada faz parte de uma parceria inovadora entre o Governo do Canadá e a IFC a fim de mobilizar capital privado para a ação climática global. O foco do acesso direto são as grandes empresas. Pequenas e médias empresas são atendidas pelos bancos de varejo repassadores dos recursos do IFC.

A seguir são detalhadas as características dos financiamentos disponibilizados diretamente pelo IFC (como um todo) e pelo IFC Canada (parceria entre o governo do Canadá e o IFC).

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
No ano fiscal encerrado em junho de 2018, os investimentos de longo prazo da IFC na América Latina totalizaram mais de US\$ 5 bilhões, incluindo US\$ 2,5 bilhões mobilizados de outros investidores.	5 a 12 anos.	1 a 2 anos.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Caso a caso. IFC Canada: recebe subsídio do governo canadense e pode oferecer taxas atrativas por meio de blended finance.	>Finance IFC: Project Finance, Equity, Corporate Loans, Syndications, Blended Finance e IFC Asset Management Company. > Finance IFC Canada: Blended Finance para empréstimos e garantias.	IFC: os investimentos da IFC normalmente variam de US\$ 1 milhão a US\$ 100 milhões, com um número limitado de investimentos na faixa de US\$ 100.000 a US\$ 1 milhão. Para garantir a participação de investidores e credores do setor privado, a IFC normalmente não financia mais de 25% dos custos totais estimados do projeto.  IFC Canada: No Brasil, os recursos do IFC Canada estão limitados a US\$ 20 milhões anuais para o IFC. Tal valor se justifica pelo valor médio dos projetos, dedicado a 1 ou 2 projetos ao ano.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
A IFC fornece soluções em moeda local.	Contato direto com o IFC.	IFC: Os investimentos da IFC normalmente variam de US\$ 1 milhão a US\$ 100 milhões, com um número limitado de investimentos na faixa de US\$ 100.000 a US\$ 1 milhão. Para garantir a participação de investidores e credores do setor privado, a IFC normalmente não financia mais de 25% dos custos totais estimados do projeto.  IFC Canada: no Brasil, os recursos do IFC Canada estão limitados a US\$ 20 milhões anuais para o IFC. Tal valor se justifica pelo valor médio dos projetos, dedicado a 1 ou 2 projetos ao ano.

#### **Garantias**

Caso a caso. A análise financeira realizada é equivalente à praticada por outros bancos e envolve análise de capacidade de pagamento, nível de endividamento etc., podendo incluir garantias físicas ou financeiras.

#### Foco da avaliação

Avaliação do projeto e da empresa. Contudo, os subsídios estão atrelados às características do projeto que deverão ser avaliadas, como impactos socioambientais positivos.

#### Requisitos gerais e setoriais

- 1- IFC Canada: iniciado em 2018, o atual Programa do IFC Canada de CA\$ 250 milhões fornece cofinanciamento com a IFC para iniciativas que: a) aumentem o financiamento e o envolvimento do setor privado em uma ampla variedade de atividades de mitigação e adaptação ao clima; e b) busquem promover atividades de transformação do mercado que podem os levar para caminhos de baixas emissões e resilientes ao clima. Com um foco crescente nos países mais pobres e vulneráveis, o programa promove o investimento climático sob a perspectiva de gênero, reconhecendo que as mudancas climáticas afetam desproporcionalmente meninas e mulheres.
- 2 IFC: projetos nas áreas de açúcar e álcool, soja sustentável, plantio direto, maquinário e eficiência energética.
- 3 Ademais, para ser elegível para financiamento da IFC, um projeto deve atender a vários critérios:
  - Estar localizado em um país em desenvolvimento que seja membro da IFC;
  - Ser no setor privado;
  - Ser correto tecnicamente;
  - Ter boas perspectivas de ser lucrativo;
  - Beneficiar a economia local; e
  - Ser ambiental e socialmente correto, satisfazendo os padrões ambientais e sociais do IFC, bem como aqueles do país anfitrião.
- 4 A IFC não empresta diretamente a micro, pequenas e médias empresas ou empreendedores individuais, mas muitos dos clientes de investimento são intermediários financeiros que emprestam para empresas menores.

#### Requisitos de sustentabilidade

Para a avaliação social e ambiental dos projetos, são utilizados os Padrões de Desempenho da IFC para a Sustentabilidade. São eles:

- 1- Avaliação ambiental e social e do sistema de gestão;
- 2 Condições de trabalho;
- 3 Prevenção e mitigação à poluição;
- 4 Saúde e segurança da comunidade;
- 5 Aquisição de terras e reassentamento involuntário;
- 6 Conservação da biodiversidade e gestão dos recursos naturais;
- 7 População indígena; e
- 8 Herança cultural.

Mais informações em: https://firstforsustainability.org/risk-management/implementing-ifc-environmental-and-social-requirements/establish-and-maintain-an-esms/ifc-environmental-and-social-performance-requirements/ifc-performance-standards/.

#### Informações adicionais

É importante ter os balanços dos últimos três anos auditados e uma apresentação de slides com overview da empresa e do projeto.

Mais informações sobre o ciclo de aprovação em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/corp\_ext\_content/ifc external corporate site/solutions/ifc-project-cycle.

#### ICF UK - International Climate Finance

O ICF UK é o fundo soberano do Reino Unido para mitigação e adaptação às mudanças do clima. Desenvolve programas junto a entidades parceiras, como fundos multilaterais, e os recursos são destinados ao público-alvo do programa.

Com relação à indústria brasileira, o Programa de Infraestrutura Sustentável UK (UK SIP) é o que apresenta maior aderência. As informações a seguir dizem respeito a ele.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
£5,8 bilhões entre 2016 e 2021.	Não há. Fundo perdido.	Não há. Fundo perdido.
Taxa de Juros	Instrumento	Valor mínimo
Não se aplica. Recursos disponibilizados na modalidade de Fundo perdido.	O Programa de Infraestrutura Sustentável UK (UK SIP) é o que apresenta maior aderência. Ele é gerenciado pelo IDB Group e possui as seguintes opções de crédito: > Doações > Empréstimos > Equity > Garantias	Não especificado.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Dólar americano (USD)	As empresas não podem acessar os recursos diretamente. Os programas do ICF UK, gerenciado pelo IDB Group, são geridos por entidades parceiras.	Não especificado.
	Garantias	
Nenhuma garantia é necessária.		

#### Foco da avaliação

Avaliação do projeto e da empresa. Analisa se o projeto se enquadra no escopo do UK SIP e verifica a saúde financeira da empresa.

#### Requisitos gerais e setoriais

Podem financiar operações destinadas a promover investimentos privados nos seguintes setores sustentáveis de infraestrutura de baixo carbono:

- Energia renovável (excluindo grandes hidrelétricas);
- Redes de transmissão e distribuição de energia renovável;
- Geração de energia de baixo carbono e eficiente (excluindo geração térmica);
- Eficiência energética (excluindo indústrias de alto teor de carbono):
- Reduções de GEE não energéticas (apenas processos industriais); e

Há apoio para questões transversais relacionadas ao investimento em infraestrutura sustentável, como planejamento de infraestrutura sustentável, reforma de política e regulamentação ou atividades de capacitação e criação de mercado.

A cooperação técnica está disponível apenas para o setor público, enquanto o setor privado é capaz de acessar o fundo para cooperação técnica e investimentos.

#### Requisitos de sustentabilidade

Não especificados.

#### Informações adicionais

Para acessar os recursos do SIP UK, as empresas devem entrar em contato com Maria Tapia (mtapia@iadb.org), no IDB, conforme informado no site do programa.

Mais informações em: https://ndcpartnership.org/funding-and-initiatives-navigator/uk-sustainable-infrastructureprogram-uk-sip.

#### BRADESCO LEASING AMBIENTAL

O Bradesco Leasing compra o equipamento e disponibiliza para o uso da empresa por meio de contrato de arrendamento mercantil.

No final do período, a empresa pode ficar com o equipamento, devolvê-lo ou renovar o contrato. Não há cobrança de IOF.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Não disponível.	De 36 a 60 meses.	Não especificada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Não especificada.	> Leasing ambiental.	Não disponível.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Real brasileiro (BRL)	Não existem, pois todo o processo é realizado diretamente com o banco.	Não disponível, porém é preciso pagar um valor mínimo de 30% do bem como entrada.
Garantias		
Aval e outras.		
Foco da avaliação		
Equipamentos e máquinas adquirio	los devem contribuir para o desenvolvime	nto social e a preservação do meio

Equipamentos e máquinas adquiridos devem contribuir para o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

#### Requisitos gerais e setoriais

Equipamentos e máquinas que podem ser arrendados:

- Tratamento e reúso de água: estação de tratamento de água (ETA) e esgoto (ETE);
- Geração de energia renovável: placas fotovoltaicas, biocombustíveis e energia eólica;
- Tratamento de ar e de resíduos: purificadores de ar, filtros e incineradores; e
- Outros bens que contribuam para o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

#### Requisitos de sustentabilidade

Os equipamentos e máquinas adquiridos podem contribuir para o desenvolvimento social.

#### Informações adicionais

Procurar diretamente a agência bancária.

#### BANCO DA AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia é um banco brasileiro constituído como sociedade de economia mista, com a participação do governo federal como maior acionista.

Ele administra o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), um programa do governo federal que há mais de 30 anos promove o desenvolvimento dos sete estados do Norte do país: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

O fundo apoia o desenvolvimento em bases sustentáveis, por meio de financiamento para implantação, ampliação, diversificação, modernização, renovação e realocação de projetos de prestação de serviços voltados à realização de obras ecológicas. Possui empresas como público-alvo.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
N/A.	Até 20 anos.	Até 4 anos.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Micro e pequenas empresas: 4,48% a.a. (4,39% com bônus de adimplência); e médias: 4,7% a.a. (4,58% com bônus de adimplência).	> FNO Energia Verde > FNO Amazônia Rural Verde > FNO Amazônia Infra Verde > FNO Amazônia Empresarial Verde	Não especificado.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Real brasileiro (BRL)	Contato direto com o Banco da Amazônia.	Até R\$ 30 milhões (até 100% do valor do projeto, dependendo do porte da empresa e da localização do projeto).
	Garantias	
Aval e garantias reais (alienação de im	óveis, fiança bancária).	
	Foco da avaliação	
Não especificado.		
	Requisitos gerais e setoriais	
Estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais. Fornecimento de documentação, análise de crédito e de enquadramento da operação.		
Requisitos de sustentabilidade		
Não especificados.		
Informações adicionais		
Informações pela internet e atendime pelo canal de internet somente.	ento por especialista para envio da docu	ımentação. Não é possível liberação

#### BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil é constituído sob a forma de sociedade de economia mista, com participação do governo federal em 50% das ações. É um dos cinco bancos estatais do governo brasileiro, tendo como acionistas, além da União, capital estrangeiro, capital nacional livre e ações em tesouraria.

Ele administra o FCO Empresarial, uma linha de crédito com diferentes prazos, limites e encargos financeiros, destinada a empresas que exercem atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial, mineral, turismo, infraestrutura econômica e de comércio e serviços da Região Centro-Oeste.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
N/A.	Prazos que podem chegar a até 20 anos, determinados de acordo com o projeto do cliente, sua capacidade de pagamento e a linha de financiamento utilizada.	Carência de três meses até o máximo de cinco anos.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Definida caso a caso.	> Financiamento.	Não especificado.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Real brasileiro (BRL)	Contato direto com o Banco do Brasil.	Financiamento de até 100% do patrimônio, dependendo do porte e da região em que o empreendimento está localizado.
Garantias		
Definidas caso a caso.		
Foco da avaliação		
Não especificado.		
Requisitos gerais e setoriais		
Conta corrente ativa no Banco do Brasil.		
Análise cadastral e aprovação de crédito, que levam em consideração itens como análise financeira, documentos e projeto de investimento do proponente.		
A contratação das operações deve obedecer às regras publicadas na Programação do FCO, divulgada anualmente pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).		
Requisitos de sustentabilidade		
Não especificados.		
	Informações adicionais	

Informações pela internet e atendimento por especialista para envio da documentação.

#### BANCO DO NORDESTE

O Banco do Nordeste é um banco brasileiro, constituído como sociedade de economia mista, com a participação do governo federal como maior acionista, com sede em Fortaleza, Ceará.

Ele administra o FNE Industrial, o Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste. O fundo objetiva desenvolver o setor industrial por meio da modernização, do aumento da competitividade, da ampliação da capacidade produtiva e da inserção internacional. Possui como público-alvo pessoas jurídicas de direito privado e empresários registrados no registro comercial que exercem atividades produtivas.

Adicionalmente, o Banco do Nordeste também faz a gestão do FNE Verde, o Programa de Financiamento à Sustentabilidade. O fundo tem como objetivo desenvolver empreendimentos e atividades econômicas que favoreçam a preservação, a conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e competitividade das empresas e cadeias produtivas. Possui como público-alvo agricultores, empresas (exceto MEI), indústrias, agronegócio, infraestrutura, comércio e serviços, associações e cooperativas.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência	
N/A.	FNE Industrial: até 15 anos.	FNE Industrial: até 5 anos.	
147.	FNE Verde: até 12 anos.	FNE Verde: até 4 anos.	
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo	
FNE Industrial: IPCA + Parcela fixa da TLP + Fator de localização e tipo de projeto (0,5 a 0,8%). FNE Verde: IPCA + 0,7936% a.a.	> FNE Sol > FNE Inovação > Pronaf Agroecologia > Pronaf Semiárido > Pronaf Floresta	Não especificado.	
Moeda local	Intermediários	Valor máximo	
> Real brasileiro (BRL)	Contato direto com o Banco do Nordeste.	50% para grandes empresas; 95% para médias empresas; e até 100% para pequenas empresas.	
	Garantias		
Hipoteca, alienação fiduciária, penhor	, fiança bancária e aval.		
	Foco da avaliação		
Não especificado.			
	Requisitos gerais e setoriais		
Estar em dia com as obrigações fiscais	Estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais.		
Fornecimento de documentação, aná	Fornecimento de documentação, análise de crédito e de enquadramento da operação.		
Requisitos de sustentabilidade			
Não especificados.	Não especificados.		
Informações adicionais			
Informações pela internet e atendimento por especialista para envio da documentação.			

### SPECIAL CLIMATE CHANGE FUND (SCCF)

O Fundo Especial para Mudanças Climáticas (SCCF) foi estabelecido em 2001 para financiar projetos relacionados a: adaptação; transferência de tecnologia e capacitação; energia, transportes, indústria, agricultura, silvicultura e gestão de resíduos; e diversificação econômica.

O financiamento do SCCF está aberto a todos os países em desenvolvimento vulneráveis e apoia um amplo espectro de atividades de adaptação, incluindo ferramentas inovadoras que podem ser dimensionadas para causar impacto.

O SCCF facilita a inclusão de resiliência e adaptação em esforços apoiados pelo fundo GEF e em projetos que promovem o envolvimento do setor privado. O principal objetivo do fundo é facilitar a criação de economias e comunidades fortes e resilientes ao clima, ajudando os países a enfrentar uma série de barreiras: de acesso limitado a tecnologias a falta de acesso a financiamento de fontes públicas.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência
Em novembro de 2020, as promessas cumulativas ao fundo totalizavam aproximadamente US\$ 375 milhões.	Não especificado.	Não especificada.
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo
Não especificada.	> Financiamento	Não especificado.
Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Dólar americano (USD)	O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) é o órgão gestor do SCCF.	Não é determinado um limite de financiamento para projetos individuais.
	Garantias	
Não especificadas.		
	Foco da avaliação	
Não especificado.		
	Requisitos gerais e setoriais	
O SCCE actá abasta a tadas as paísas	am dasanyalvimanta vydnosávais ambo	as as possesidados dos paísos mais

O SCCF está aberto a todos os países em desenvolvimento vulneráveis, embora as necessidades dos países mais vulneráveis na África, na Ásia e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) devam ser priorizadas.

Os projetos devem ter fontes adicionais de cofinanciamento, pois as subvenções do SCCF não os financiam completamente, mas devem atuar para catalisar outras fontes de financiamento.

Os projetos devem abordar os impactos das mudanças climáticas em um setor socioeconômico vulnerável. As atividades propostas também devem alcançar a integração de estratégias, políticas e práticas de redução de riscos de mudanças climáticas em setores específicos ou incluir componentes de capacitação institucional e de grupos de interesse e conscientização.

Requi	isitos	de sust	:entab	ilidade

Não especificados.

# Informações adicionais

#### Como aplicar:

- Desenvolver o conceito básico e a estrutura do projeto;
- Encaminhar o projeto para análise do ponto focal operacional no país (no caso do Brasil, Coordenação Geral de Financiamento Externo da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Econômia);
- Obter uma carta de endosso formal sobre consistência e alinhamento com os critérios de elegibilidade do GEF e as prioridades do país;
- Estabelecer parceria com uma das agências parceiras do GEF no Brasil, indicada pelo ponto focal operacional;
- Desenvolver uma proposta completa com a agência, incluindo detalhes técnicos do projeto a ser implementado; e
- Apresentar a versão final do projeto ao GEF para avaliação.

# INTERNATIONAL CLIMATE INITIATIVE (IKI GERMANY)

A Iniciativa Climática Internacional (IKI) é uma parte importante do compromisso internacional de financiamento climático do governo alemão. Desde 2022, o Ministério Federal de Assuntos Econômicos e Ação Climática (BMWK) é o principal ministério do IKI. Por meio dele, apoiam conjuntamente abordagens em países em desenvolvimento e emergentes para implementar e desenvolver ambiciosamente as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ancoradas no Acordo de Paris.

As atividades dos projetos IKI variam, por exemplo, desde o aconselhamento de formuladores de políticas sobre capacitação e parcerias tecnológicas até a cobertura de risco por meio de instrumentos financeiros inovadores. Inclui também estudos, assessoria na preparação de projetos para desenvolvimento de infraestrutura e instrumentos de investimento para mitigação das mudanças climáticas ou conservação da biodiversidade.

Volume de negócios	Período para pagamento	Carência	
Até o momento, o IKI aprovou mais de 800 projetos de clima e biodiversidade em mais de 150 países em todo o mundo, com um volume total de financiamento de 5 bilhões de euros (2008-2021).	Não especificado. Não especificada.		
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo	
Não especificada.	Financiamento.	Países: de 12 a 15 milhões de euros. Programas temáticos (ONGs, empresas comerciais, instituições de pesquisa da Alemanha e do exterior, organizações intergovernamentais internacionais, bancos de desenvolvimento ou organizações e programas da ONU): de 5 a 30 milhões de euros.  Subsídios médios (organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e instituições de pesquisa, bem como empresas sem fins lucrativos com sede e operação na Alemanha): de 300.000 a 800.000 euros.  Subsídios pequenos (organizações sem fins lucrativos subnacionais, nacionais e regionais, organizações com fins lucrativos também são elegíveis, desde que sua proposta tenha objetivos sem fins lucrativos): de 60.000 a 200.000 euros.  Instituições de Financiamento: até 850.000 euros.  Não há valor mínimo financiado.	

Moeda local	Intermediários	Valor máximo
> Euro (EUR)	Não especificados.	Países: de 12 a 15 milhões de euros. Programas temáticos (ONGs, empresas comerciais, instituições de pesquisa da Alemanha e do exterior, organizações intergovernamentais internacionais, bancos de desenvolvimento ou organizações e programas da ONU): de 5 a 30 milhões de euros. Subsídios médios (organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e instituições de pesquisa, bem como empresas sem fins lucrativos com
		sede e operação na Alemanha): de 300.000 a 800.000 euros. Subsídios pequenos (organizações sem fins lucrativos subnacionais, nacionais e regionais, organizações com fins lucrativos também são elegíveis, desde que sua proposta tenha objetivos sem fins lucrativos): de 60.000 a 200.000 euros. Instituições de Financiamento: até 850.000 euros. Não há valor mínimo financiado.

# Garantias

Não especificadas.

# Foco da avaliação

Não especificado.

# Requisitos gerais e setoriais

O financiamento do IKI está estruturado em duas vertentes principais: bilateral (chamadas específicas de cada país destinadas a 15 países prioritários, incluindo o Brasil) e temática, mais dividida em chamadas temáticas, subsídios médios e subsídios pequenos (incluídas instituições de financiamento).

Para subsídios pequenos, as organizações que se candidatam devem ter, pelo menos, três anos de experiência relevante e uma receita anual média entre 60.000 e 500.000 EUR.

# Requisitos de sustentabilidade

Não especificados.

# Informações adicionais

Informações sobre todas as chamadas para projetos financiados pela IKI em: https://www.international-climate-initiative.com/em/find-funding/.

# CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa oferece o BCD Ecoeficiência, um produto de crédito que se destina ao atendimento de pequenas, médias e grandes empresas, as quais buscam a melhoria dos seus processos produtivos, financiando a aquisição de máquinas, equipamentos ou mesmo sistemas. Estas devem apresentar atributos para reduzir o impacto ambiental e o uso de recursos naturais decorrentes das atividades da empresa.

Volume de negócios	Período para pagamento	Período para pagamento Carência	
Não disponível.	Até 60 meses.	Até 6 meses.	
Taxa de juros	Instrumento	Valor mínimo	
Não especificada.	BCD Ecoeficiência Pro.	Não disponível.	
Moeda local	Intermediários	Valor máximo	
> Real brasileiro (BRL)	rasileiro (BRL)  Processo diretamente com o banco.  Não disponível, porém o financiamento pode ser de 100% do valor do bem.		
	Corretion		

#### Garantias

Não especificadas.

#### Foco da avaliação

Aquisição de equipamentos ou sistemas que apresentem atributos para reduzir o impacto ambiental e o uso de recursos naturais decorrentes das atividades da empresa.

#### Requisitos gerais e setoriais

As máquinas e os equipamentos financiados devem desempenhar as seguintes funcionalidades:

- Sistemas de micro e minigeração de energia por fontes renováveis;
- Sistema de aquecimento solar de água;
- Controle ou filtragem de gases ou partículas;
- Tratamento de resíduos sólidos;
- Tratamento de efluentes líquidos;
- Reciclagem de resíduos;
- Tratamento e reutilização de águas residuais;
- Redução de desperdício de insumos e/ou recursos naturais;
- Eficiência energética;
- Controle de poluição da água; e
- Remediação de área contaminada.

# Requisitos de sustentabilidade

Não especificados.

# Informações adicionais

Procurar diretamente a agência bancária.



# **6** REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. **Autoridade Nacional Designada**. [Brasília]: 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/fundo-verde-do-clima/and/autoridade-nacional-designada. Acesso em: 27 jul. 2022.

BHANDARI, Preety; THANGATA, Chikondi; WARSZAWSKI, Nataniel. 5 Things COP27 must achieve for Vulnerable Countries. **World Resources Institute**, Washington, 2022. Disponível em: https://www.wri.org/insights/vulnerable-countries-un-climate-summit. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. **Fundo Amazônia**. Site da Internet. [S. l.]: 2022a. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Programa País**. Site da Internet. [S. l.]: 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/fundo-verde-do-clima/programa-pais-1/programa-pais. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Autoridade Nacional Designada**. Site da Internet. [S. l.]: 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/fundo-verde-do-clima/and/autoridade-nacional-designada. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Entidades Acreditadas**. Site da Internet. [S. l.]: 2022c. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/fundo-verde-do-clima/como-acessar/entidades-acreditadas. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**. Site da Internet. [S. l.]: [2022b]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima. Acesso em: 27 jul. 2022.

CANADA. Natural Resources Canada. Climate Finance Delivery Plan Co-led by Canada and Germany Highlighted on Day Three of COP26. Site da Internet. [S. l.]: 2021. Disponível em: https://www.canada.ca/en/natural-resources-canada/news/2021/11/climate-finance-delivery-plan-co-led-by-canada-and-germany-highlighted-on-day-three-of-cop26.html. Acesso em: 28 jul. 2022.

CLIMATE INVESTMENT FUNDS. **About CIF**. Site da Internet. [S. l.]: 2021. Disponível em: https://www.climateinvestmentfunds.org/about-cif. Acesso em: 21 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Annual Report 2021:** New Horizons, New Pathways, New Ambitions. Site da Internet. [S. l.]: 2022. Disponível em: https://www.climateinvestmentfunds.org/news/annual-report-2021-new-horizons-new-pathways-new-ambitions. Acesso em: 21 jul. 2022.

EUROPEAN COMMISSION. **Paving the Way to COP27:** the Bonn Climate Change Conference. Site da Internet. [S. l.]: 2022. Disponível em: https://ec.europa.eu/clima/news-your-voice/news/paving-way-cop-27-bonn-climate-change-conference-2022-06-17\_en. Acesso em: 9 set. 2022.

EUROPEAN COUNCIL. **Council sets EU's position for COP26 climate summit**. Site da Internet. [S.l.]: 2021. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/10/06/council-sets-eu-s-position-for-cop26-climate-summit/. Acesso em: 28 jul. 2022.

FUNBIO. **Agência GEF**. Site da Internet. [S.l.]: [s. d.]. Disponível em: https://www.funbio.org.br/agencias/agencia-gef/. Acesso em: 27 jul. 2022.

GREEN CLIMATE FUND. **Brazil**. [S. l.]: 2019. Site da Internet. Disponível em: https://www.greenclimate.fund/countries/brazil. Acesso em: 29 jul. 2022.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. **Least Developed Countries Fund - LDCF**. [S.l]: [2022a]. Disponível em: https://www.thegef.org/what-we-do/topics/least-developed-countries-fund-ldcf. Acesso em: 21 jul. 2022.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. **Projects** . [S. l.]: [2022b]. Disponível em: https://www.thegef.org/projects-operations/database?f%5B0%5D=countries%3A32&project\_sear-ch=&page=1. Acesso em: 29 jul. 2022.

GFANZ. **The Glasgow Financial Alliance for Net Zero**. [S.l.]: 2021. Disponível em: https://assets.bbhub.io/company/sites/63/2021/11/GFANZ-Progress-Report.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

GFANZ. **Glasgow Financial Alliance for Net Zero**. [S.l.]: [2022a]. Disponível em: https://www.gfanzero.com/. Acesso em: 21 jul. 2022.

GFANZ. **The Managed Phaseout of High-emitting Assets**. [S.l.]: [2022b]. Disponível em: https://assets.bbhub.io/company/sites/63/2022/06/GFANZ\_-Managed-Phaseout-of-High-emitting-Assets\_June2022.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

GLOBAL METHANE PLEDGE. **Global Methane Pledge**. Site da Internet. [S. l.]: 2022. Disponível em: https://www.globalmethanepledge.org/. Acesso em: 22 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Países vulneráveis demandam financiamento climático para adaptação na COP26**. [Brasília]: 2021a. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/ 157416-paises-vulneraveis-demandam-financiamento-climatico-para-adaptacao-na-cop26. Acesso em: 21 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Líderes mundiais firmam compromisso histórico pela proteção de florestas na COP26.** [Brasília]: 2021b. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/156668-lideres-mundiais-firmam-compromisso-historico-pela-protecao-de-florestas-na-cop26. Acesso em: 9 set. 2022.

NET ZERO ASSET MANAGERS. **The Net Zero Asset Managers Initiative**. Site da Internet. [S.l.]: 2022. Disponível em: https://www.netzeroassetmanagers.org/. Acesso em: 21 jul. 2022.

NZSPMP. **Net Zero Steel Pathway Methodology Project**. Site da Internet. [S.l.]: [2021]. Disponível em: https://www.netzerosteelpathwayproject.com/. Acesso em: 27 jul. 2022.

RACE TO ZERO. Why Net Zero needs Zero Deforestation Now. Site da Internet. [S.l.]: [2022]. Disponível em: https://climatechampions.unfccc.int/wp-content/uploads/2022/06/ Why-net-zero-needs-zero-deforestation-now-June-2022.pdf . Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **REDD+**. Site da Internet. [S.l.]: [s.d]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/redd. Acesso em: 19 set. 2022.

SCHALATEK, L.; BIRD, N. **Climate Funds Update**. [S.l.]: [2018]. Disponível em: https://climatefundsupdate.org/about-climate-finance/global-climate-finance-architecture/. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNEP. **Nova aliança de bancos, financiadores e seguradoras para um futuro carbono zero**. [S.l.]: [2021]. Disponível em: https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/nova-alianca-de-bancos-financiadores-e-seguradoras. Acesso em: 21 jul. 2022.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Net-Zero banking alliance convenes first annual meeting of steering group's principals**. [S.l.]: [2021a]. Disponível em: https://www.unepfi.org/news/industries/banking/net-zero-banking-alliance-convenes-first-annual-meeting-of-steering-groups-principals/. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNEPFI. **Net-Zero Banking Allianc**e. [S.l.]: [2021b]. Disponível em: https://www.unepfi. org/net-zero-banking/. Acesso em: 21 jul. 2022.

UNEPFI. **COP26 – The moment private finance promised to lead – United Nations Environment – Finance Initiative.** Blog. [S.l.]: 2021c. Disponível em: https://www.unepfi.org/news/themes/climate-change/blog-cop26-the-moment-private-finance-promised-to-lead/. Acesso em: 9 set. 2022.

UNEPFI. **COP26 – The moment private finance promised to lead.** [S.l.]: [2021d]. Disponível em: https://www.unepfi.org/news/themes/climate-change/blog-cop26-the-moment-private-finance-promised-to-lead/. Acesso em: 24 mar. 2022.

UNFCCC. **About the Santiago Network.** [S. l.]: [2019]. Disponível em: https://unfccc.int/santiago-network/about. Acesso em: 22 jul. 2022.

UNFCCC. **Commitment on Eliminating Agricultural Commodity-Driven Deforestation**. [S.l.]: [2020]. Disponível em: https://climatechampions.unfccc.int/system/nature-and-tackling-deforestation/. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNFCCC. **Green Climate Fund.** [S.l.]: [2021a]. Disponível em: https://unfccc.int/process/bodies/funds-and-financial-entities/green-climate-fund. Acesso em: 26 jul. 2022.

UNFCCC. Race to Zero members eye 750GW of renewables by 2030. [S.l.]: [2021b]. Disponível em: https://climatechampions.unfccc.int/750gw-of-renewables-by-2030/. Acesso em: 9 set. 2022.

UNFCCC. **Conference of the Parties (COP)**. [S.l.]: 2022a. Disponível em: https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop?bodies\_document-s[0]=topic:58&bodies\_documents[1]=topic:2196. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNFCCC. Glasgow–Sharm el-Sheikh work programme on the global goal on adaptation. [S. l.]: [2022b]. Disponível em: https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/workstreams/glasgow-sharm-el-sheikh-WP-GGGA#eq-5. Acesso em: 9 set. 2022.

UNITED NATIONS. **COP26**: Together for our planet. [S.l.]: 2021. Disponível em: https://www.un.org/en/climatechange/cop26. Acesso em: 26 jul. 2022.

WORLD BANK. **World Bank Group Climate Change Action Plan 2021–2025**: Supporting Green, Resilient, and Inclusive Development. [S.l.]: [2021a]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35799. Acesso em: 21 jul. 2022.

WORLD BANK. **COP26 MDB Joint Statement on Nature**. [S. l.]: [2021b]. Disponível em: https://thedocs.worldbank.org/en/doc/e523c9386dd95f2ec59613310611e1de-0020012021/mdb-joint-statement-on-nature. Acesso em: 21 jul. 2022.

WORLD BANK. What You need to know about Article 6 of the Paris Agreement. [S.l.]: [2022]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2022/05/17/what-you-need-to-know-about-article-6-of-the-paris-agreement. Acesso em: 26 jul. 2022.

WRI, W. R. I. **From Pledges to Action**: What's Next for COP26 Corporate Commitments. [S.l.]: [2021]. Disponível em: https://www.wri.org/insights/pledges-action-whats-next-co-p26-corporate-commitments. Acesso em: 24 mar. 2022.

OECD. Aggregate Trends of Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2020. [Paris]: 2022. Disponível em: https://www.oecd.org/climate-change/finance-usd-100-billion-goal/aggregate-trends-of-climate-finance-provided-and-mobilised-by-developed-countries-in-2013-2020.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

CLIMATE FUNDS UPDATE. **Global Climate Finance Architecture**. Site da Internet. [S.l.]: [2019]. Disponível em: https://climatefundsupdate.org/about-climate-finance/global-climate-finance-architecture/. Acesso em: 16 set. 2022.

CLIMATE POLICY INITIATIVE. **More about Climate Finance at CPI**. Site da Internet. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/the-programs/climate-finance/more-about-climate-finance-at-cpi/. Acesso em: 16 set. 2022.

CLIMATE POLICY INITIATIVE. **Global Landscape of Climate Finance 2021**. [S.l.]: [2022]. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2021/. Acesso em: 16 set. 2022.

BUCHNER, Barbara *et. al.* More about Climate Finance at CPI. **Climate Policy Initiative**, [S.l.]: 2019. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2019/. Acesso em: 16 set. 2022.

SCHALATEK, Liane *et. al.* Climate Finance Fundamentals 1: the Principles and Criteria of Public Climate Finance - A Normative Framework. **Cimate Funds Updated**, [S.l.]: fev. de 2022. Disponível em: https://climatefundsupdate.org/wp-content/uploads/2022/03/CFF1-Normative-CF-Framework\_ENG-2021.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Aligning Global Financial Flows and the 2030 Agenda: Shifts and Repurposing Needed to Set a New Course. [S.l.]: 2022. Disponível em: https://sdg.iisd.org/commentary/guest-articles/aligning-global-financial-flows-and-the-2030-agenda-shifts-and-repurposing-needed-to-set-a-new-course/. Acesso em: 16 set. 2022.

MURASAWA, Linda *et. al.* Políticas públicas e financiamento climático no Brasil: estudo de subsídios para EFS a respeito de financiamento de ação climática. In: **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA**. [S.l.]: 2021.

TROSTMANN, Katerina Elias. **Financiamento Climático para Adaptação no Brasil: Mapeamento de fundos nacionais e internacionais**. São Paulo: Instituto Ethos e WWF-Brasil, 2017.

#### CNI

Robson Braga de Andrade Presidente

### **DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

*Mônica Messenberg*Diretora

#### Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Davi Bomtempo Gerente-Executivo

#### Gerência de Clima e Energia

Juliana Borges Falcão Gerente de Clima e Energia

Rafaela Aloise Erica Villarinho Equipe Técnica

# Gerência de Publicidade e Propaganda

Armando Uema Gerente

Walner de Oliveira Pessoa Produção Editorial

# Superintendência de administração - SUPAD

Maurício Vasconcelos de Carvalho Superintendente Administrativo

Jakeline Martins de Mendonça Normalização

Laura Albuquerque
Rafael Marques
Luciana Garcia
Caio Barreto
Emily Jesus
Felipe Catorza
Beatriz Ribeiro
Fabiana Assumpção
Consultoria WayCarbon

Renata Portella Revisão Gramatical

Editorar Multimídia Projeto Gráfico | Diagramação



